

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

“EDITAL”**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2026****P R E Â M B U L O**

Processo Nº	0024507/2025
Fundamento Legal	Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025
Finalidade	Registro de preços, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da Administração Pública com solução DLT, Tecnologia de Registro Distribuído, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, voltados ao desenvolvimento do município de Maricá/RJ, no âmbito do INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Critério de Julgamento	Técnica e Preço
Modo da Disputa	Fechado
Regime de Execução	Empreitada por preço global - Indireta
Data	17/04/2026
Horário	10 h
Local de Realização	www.gov.br/compras/pt-br

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Torna-se público que o INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ, ICTIM, por meio da Presidência, torna público que realizará licitação, sob a modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, modo de disputa fechado, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 1.2. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.
- 1.3. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.
- 1.4. As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.
- 1.5. A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.6. As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras) e pelo site do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação: <https://ictim.com.br/>.
- 1.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico apoio@ictim.com.br.
 - 1.7.1. O Presidente da Comissão/Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

1.8. Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: apoio@ictim.com.br.

1.8.1. Caberá ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2. A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Autorização do Presidente do ICTIM, conforme art. 2º, da Lei Complementar nº 336/2021 e art. 3º c/c art. 73 do Decreto Municipal nº 78/2025, constante do Processo Administrativo nº 0024507/2025 de 26/11/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1. No dia 17 de abril de 2026, às 10 horas, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA ICTIM Nº 001/2025, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da Administração Pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, voltados ao desenvolvimento do município de Maricá/RJ, no âmbito do INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 4.2. A licitação será realizada em lote único, formados por itens, conforme tabela constante no TR, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. A manutenção do lote único é justificada tecnicamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR).

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. Os recursos necessários à prestação do serviço, ora licitado, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ

PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0095.2410

CÓDIGO DE DESPESA: 3.33.90.40

FONTE DE RECURSO: 1704

- 5.2. O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Documento de Estimativa de Valor da Contratação, totalizando a importância R\$ 50.086.887,65 (cinquenta milhões oitenta e seis mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).
- 5.3. Deve-se anexar ao processo licitatório uma Nota de Empenho estimativa ou Declaração de Adequação Orçamentária emitida pelo setor financeiro do ICTIM.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 6.1. O critério de julgamento da presente licitação é Técnica e Preço do valor global.
- 6.2. A adoção do critério de julgamento por técnica e preço justifica-se em razão da natureza complexa do objeto, cujo desempenho adequado depende da qualificação técnica da equipe, da metodologia empregada e da experiência prévia do licitante, aspectos que não podem ser aferidos de forma satisfatória apenas pelo critério de menor preço, sendo necessário ponderar a qualidade técnica para assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. PRAZOS

- 7.1. A contratação vigorará a partir da assinatura do contrato ou do instrumento equivalente pelo prazo de 12 meses.
- 7.2. O prazo para o início dos serviços será de 30 dias contados do recebimento da ordem de início.
- 7.3. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.4. No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 7.5. O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 12 meses a contar do aceite, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.
- 7.6. Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.
- 7.7. As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 meses (limitado a 1 (um) ano), podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajoso, a partir da data de sua assinatura, devendo haver a publicação no Jornal Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Município de Maricá.
- 7.8. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do item 7.5.
- 7.9. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.
- 7.10. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1. Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).
- 8.2. Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 8.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.
- 8.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 8.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 8.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 8.7. Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.
- 8.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.
- 8.9. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às regras descritas e só para até 2 (duas) empresas, com base nas justificativas técnicas, fundamentadas em princípios de gestão de projetos de TI e na natureza específica do objeto licitado:
- 8.9.1. Preservação do Foco e da Agilidade na Execução, projetos de TI demandam alta integração entre equipes, com ciclos ágeis de desenvolvimento e metodologias Scrum ou Agile, amplamente usadas em TI. A inclusão de mais de duas empresas em um consórcio pode gerar dispersão de esforços, com múltiplos pontos de contato, interfaces e protocolos de comunicação, o que compromete o foco no cumprimento de prazos e entregas. Como por exemplo, em serviços de desenvolvimento de software ou manutenção de sistemas, a necessidade de alinhamento constante entre consorciados pode levar a atrasos em iterações e interações, aumentando o risco de não atendimento aos requisitos funcionais e não funcionais especificados no termo de referência. Limitar a duas empresas garante uma estrutura mais enxuta, facilitando a coordenação e mantendo o foco no objetivo principal do certame, sem diluição de responsabilidades.
- 8.9.2. Clareza na Definição e Atribuição de Responsabilidades: Nos termos do artigo 15, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o consórcio deve indicar a empresa líder e definir as responsabilidades de cada consorciada. No entanto, com um número maior de participantes, há risco de sobreposição ou diluição de obrigações, especialmente em áreas críticas de tecnologia, de segurança cibernética em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e integração, implantação e configurações de sistemas/ativos de SI e TI. Em consórcios com mais de duas empresas, a responsabilidade solidária (prevista no § 3º do artigo 15) pode se tornar difusa, complicando a fiscalização e a cobrança por parte da Administração Pública. Por outro lado, um consórcio limitado a duas empresas permite uma divisão clara e binária de tarefas – por exemplo, uma responsável pelo desenvolvimento e outra pela infraestrutura, facilitando a accountability e reduzindo riscos de litígios ou falhas na execução, conforme recomendado por boas práticas de governança em TI (ex.: frameworks como ITIL ou COBIT).

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 8.9.3. Redução de Riscos Gerenciais e Operacionais: A complexidade inerente aos projetos de TI, que envolvem tecnologias em evolução rápida (como cloud computing, IA e cibersegurança), exige estruturas gerenciais simplificadas para mitigar riscos. Consórcios com múltiplas empresas (mais de três) aumentam a probabilidade de conflitos internos, dependências cruzadas e custos administrativos elevados, o que pode impactar a qualidade do serviço prestado. Essa limitação é proporcional e necessária para preservar a eficiência do contrato, alinhando-se aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da competitividade (artigo 5º da Lei nº 14.133/2021), sem vedar indevidamente a participação, mas garantindo que o consórcio atenda efetivamente às demandas do certame.
- 8.9.4. Empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a autarquia, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida no art. 15, V, da Lei Federal nº 14.133/2021. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.
- 8.9.5. Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;
- 8.9.6. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;
- 8.9.7. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;
- 8.9.8. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.
- 8.10. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da autarquia, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.
- 8.11. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela autarquia e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 8.12. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.
- 8.13. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 8.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.15. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 8.16. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.
- 8.17. A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.
- 8.18. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 8.19. É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

9. CREDENCIAMENTO

- 9.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 9.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.
- 9.1.2. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

9.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4. É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

10.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 10.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 10.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 10.8. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 13.18 deste Edital da Licitação.
- 10.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 10.11. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1, e documentação técnica/certificação do bem/produto, quando exigida no Termo de Referência.
- 10.12. A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 10.13. As propostas de preço serão ofertadas com base no valor global do objeto licitado.
- 10.14. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.
- 10.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes classificados somente serão disponibilizados para avaliação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e para acesso público após concluídos os procedimentos de que trata os subitens anteriores.
- 10.16. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio da proposta, em formato digital, nos termos do item 10.2.
- 10.17. O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
- 10.18. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.16, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 10.19. Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 10.20. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.
- 10.21. Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- 10.22. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.
- 10.23. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.
- 10.24. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O ICTIM, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.
- 10.25. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.26. A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.
- 10.27. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

11.1.1. A Proposta Técnica deverá ser apresentada em língua portuguesa de maneira clara, sistematizada para oferecer fácil compreensão, em via **DIGITAL**, em formato .pdf, com o timbre da Licitante, redigidas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numeradas, rubricadas em todas as folhas e assinada na última folha pelo Representante Legal da Licitante.

11.1.2. Neste documento, a licitante deverá demonstrar conhecimento do serviço a ser desenvolvido, sua qualificação técnica e gerencial e a qualificação de sua equipe técnica, descrever e justificar a metodologia e os recursos humanos e materiais que serão utilizados na execução do objeto.

11.1.3. A Proposta Técnica deverá incluir os seguintes tópicos:

11.2. Índice

11.2.1. Incluirá a paginação e os tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída.

11.3. Apresentação

11.3.1 A apresentação da Proposta Técnica deverá ser feita de forma resumida o seu conteúdo, limitada ao máximo de 20 (vinte) páginas para o item N1 e 20 (vinte) páginas para o item N2, em formato A-4. E em relação aos itens N3, eles não possuem limitação de páginas.

11.4. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.4.1. Valor total

11.4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.6. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.10. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação com a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.2Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e os licitantes.

12.4 O Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.

12.4.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 12.4 deve ser comunicada pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

12.5O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.6Serão desclassificadas as propostas:

12.6.1 cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

12.6.2 que contiverem vícios insanáveis;

12.6.3 que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

12.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;

12.6.5 que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;

12.6.6 que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

12.6.7 que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 12.6.8 que não tenha indicado a marca dos produtos cotados, caso exigido;
- 12.6.9 cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.
- 12.7 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
- 12.8 Após a análise das propostas finais será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Presidente da Comissão/Agente de Contratação.
- 12.9 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.10 O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.10.1 SICAF; e
- 12.10.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 12.11 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 12.11.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 12.12 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.12.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.12.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 12.12.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.13 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 12.14 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 12.15 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 12.16 Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 12.17 A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo I deste edital (Dec. 936/2022 – ref.: art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 12.18 A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela Comissão Especial de Contratação (Dec. 936/2022 – ref.: art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

13 DOS CRITÉRIO E DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1 No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático conforme disposto no Termo de Referência - Projeto Básico:

$$\text{NOTA TÉCNICA FINAL NT} = \text{N1} + \text{N2} + \text{N3}$$

Onde:

(N1) = Conhecimentos dos serviços e solução no TR;

(N2) = Metodologia e plano de trabalho;

(N3) = Experiência da Empresa Licitante;

A Nota Técnica Final (NT) de cada licitante será a soma das pontuações obtidas para os itens: Conhecimento do Problema (N1), Metodologia e Plano de Trabalho (N2), Expertise da Empresa (N3), sendo desclassificados os licitantes que obtiverem nota inferior a 65,00 (sessenta e cinco) pontos.

- 13.1.1 As notas serão atribuídas com base na avaliação dos elementos das propostas técnicas e dos currículos apresentados.
- 13.2 Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 13.3 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 13.3.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 13.3.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 13.3.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 13.4 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

13.5 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.5.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

13.5.2 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

13.5.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

13.5.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

13.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

13.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

13.6.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

13.8 Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

13.8.1 Cálculo do fator (NP) pela aplicação da fórmula:

13.8.2 Cálculo da média aritmética M entre a média dos preços totais propostos pelas licitantes classificadas nas etapas anteriores;

13.8.3 d = diferença entre o preço apresentado pelas licitantes e a média das propostas

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

13.8.4 A empresa que apresentar o maior fator (NP) será atribuída a nota 100. As demais empresas terão suas notas proporcionais a seus (NP)'s e calculadas a partir da que apresentou o maior fator.

13.8.5 A fim de melhor esclarecer a formulação das propostas, apresenta-se, na fórmula abaixo, exemplo de aplicação das fórmulas apresentadas para definição do valor e pontuação:

$$NP = 100 - ((P0 - Pm) / (Ve - Pm)) \times 20$$

$$NP = 100 - ((P0 - Pm) / (Ve - Pm)) \times 20$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado;

Po = Preço ofertado pela Licitante; e

Pm = Preço mínimo ofertado.

13.9 Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

13.9.1 A pontuação da Nota Final de cada Licitante será calculada pela média entre os pontos obtidos na Nota Técnica (NT) e na Proposta de Preço (NP), obedecendo a seguinte razão e de acordo com a fórmula abaixo:

$$NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times NP)$$

13.10 Critérios de julgamento das propostas.

13.10.1 Deverão ser julgados na PROPOSTA TÉCNICA quesitos detalhados a seguir:

#	DISCRIMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO	MÁXIMA DE PONTOS
N1	CONHECIMENTOS DO PROBLEMA	20
N2	METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO	16
N3	EXPERTISE DA EMPRESA LICITANTE	54
TOTAL		90

N1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA – 20 PONTOS

Item	Discriminação da pontuação	Ruim	Bom	Ótimo	Máxima de pontos
N1.1	Conhecimento geral do objeto deste certame e das atividades a serem executadas	0	2	4	4
N1.2	Conhecimento das atividades a serem	0	2	4	4

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Item	Discriminação da pontuação	Ruim	Bom	Ótimo	Máxima de pontos
	prestadas, voltados ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá/RJ				
N1.3	Conhecimento da solução DLT que será implementada, voltado ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá/RJ	0	2	4	4
N1.4	Conhecimento das soluções de automação que serão implementadas, voltado ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá /RJ	0	2	4	4
N1.5	Aspectos relevantes a considerar no desenvolvimento do trabalho: descrição, de forma abrangente, de todos os aspectos considerados relevantes, problemas potenciais e possíveis soluções	0	2	4	4

N2 - METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO – 16 PONTOS

Item	Discriminação da pontuação	Ruim	Bom	Ótimo	Máxima de pontos
N2.1	Descrição das atividades, tarefas e solução a serem desenvolvidos na execução dos serviços.	0	2	4	4
N2.2	Estrutura organizacional proposta para a execução dos serviços, responsabilidades das equipes e fluxograma das atividades a serem desenvolvidas.	0	2	4	4
N2.3	Cronograma geral e específico das fases dos serviços, indicando em cada fase, o período total e o período de cada uma das atividades que as compõem.	0	2	4	4
N2.4	Descrição das técnicas e métodos aplicáveis ao desenvolvimento das atividades.	0	2	4	4

N3 – EXPERTISE DA EMPRESA LICITANTE – 54 PONTOS

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
BLOCO A – BPM / WORKFLOW / KANBAN					
N3.1	Permite criar fluxos de processo detalhados	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual Atestado Técnico Atestado Técnico			1
N3.2	Permitir gerenciar fluxos				1
N3.3	Criação de novas etapas pelo administrador do fluxo				1
N3.4	Configurar quais usuários irão iniciar processos no fluxo a ser configurado				1
N3.5	Configurar fluxo para outros usuários gerenciar além do criador do fluxo.				1
N3.6	Definição de responsáveis para cada etapa do fluxo.				1
N3.7	Configurar formulário inicial para a etapa inicial do fluxo				1
N3.8	Configurar formulário para cada etapa caso precise.				1
N3.9	Evolução automática de um card de processo com aceite.				1
N3.10	Devolução automática de um card de processo com ação de devolução.				1
N3.11	Permitir configurar o formulário com campos do tipo Texto, Área de Texto, Número, Data, Anexo de arquivos e Anexo para assinatura.				1
N3.12	Configurar assinatura a partir de um campo do formulário do tipo anexo assinatura.				1
N3.13	Evolução automática ao concluir todo o processo de assinatura.				1
N3.14	Configurações de SLA na etapa.				1
N3.15	Visão KanBam via plataforma DLT				1
N3.16	Visão de histórico das atividades dentro do fluxo.				1
N3.17	Visualização de documentos diretamente da visão da atividade na tela de kanban.				1
N3.18	Criação de departamentos e edição de departamentos.				1
BLOCO B – GESTÃO DOCUMENTAL, SEGURANÇA E JURÍDICO					
N3.20	Armazenamento seguro e compartilhamento	Atestado Técnico /			1
N3.21	Validação jurídica multi-signatária	Manual /			1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
N3.22	Garantia de privacidade e segurança de dados	Evidência visual			1
BLOCO C – BLOCKCHAIN E CONTRATOS INTELIGENTES					
N3.23	Permitir o cadastro de uma nova rede	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.24	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher mais de um contrato.				1
N3.25	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher um servidor.				1
N3.26	Permitir cadastro de contratos inteligentes				1
N3.27	No cadastro do contrato é possível colocar campos com tipo Texto, Número, Boleano, Data e Hora.				1
N3.28	No cadastro do contrato é possível adicionar mais de um fluxo e selecionar os campos cadastrados anteriormente.				1
N3.29	Gerar accessKey e secretKey ao criar a rede.				1
N3.30	Interface da plataforma DLT				1
N3.31	Consulta a dados registrados				1
N3.32	Criptografia e hash por atualização				1
BLOCO D – APIs, SEGURANÇA E PERFORMANCE					
N3.33	Endpoints REST por fluxo	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.34	Endpoints de execução				1
N3.35	Interface da Plataforma DLT				1
N3.36	Autenticação por chaves				1
N3.37	Controle de acesso por rota				1
N3.38	Tela de gestão de permissões				1
N3.39	Utilizar HTTPS para proteger a comunicação nos endpoints REST.				1
N3.40	Garantir que os endpoints REST respondam em um tempo médio abaixo de 2 segundos.				1
BLOCO E – CHATBOTS E IA CONVERSACIONAL					
N3.41	Chatbots com respostas contextuais com NLP, direcionamento ao serviço adequado	Atestado Técnico /			1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
	e histórico para aprendizado.	Manual / Evidência visual			
N3.42	Chatbots com resumo automático por atendimento.				1
N3.43	Chatbots de voz para chamadas receptivas com IA/NLP, entendimento de contexto e aprendizado contínuo.				1
N3.44	Chatbots de voz com personalização por perfil/comportamento, predição e recomendações, baixa latência e respostas em tempo real.				1
N3.45	Chatbots com integração com Núcleo de NLP.				1
N3.46	Orquestração de campanhas de chamadas ativas por voz para definir públicos-alvo, horários ideais, roteiros dinâmicos e regras de priorização.				1
N3.47	Motor de NLP integrável via API REST.				1
BLOCO F – IDP / OCR					
N3.48	IDP com suporte a formatos JPEG, JPG, PNG, PDF, BMP e TIFF, leitura com ruídos e baixo DPI.	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.49	IDP com classificação automática com score de confiança.				1
N3.50	IDP com reconhecimento de texto impresso e manuscrito (impresso/cursivo).				1
N3.51	IDP com reconhecimento de formulários e exportação estruturada em JSON.				1
BLOCO G – AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA					
N3.52	Motor unificado para automação de processos.	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.53	Gestão de automações construídas em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).				1
N3.54	Validação de segurança com IA dos pacotes de automações construídos em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).				1

Observações:

A Nota Final (NF) será calculada com duas casas decimais, sem arredondamentos, sendo desprezadas as demais casas.

A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 13.11 Encerrados os prazos estabelecidos neste Edital, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 13.12 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 13.13 Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 13.13.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 13.13.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 13.13.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 13.14 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 13.14.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 13.14.1.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 13.14.1.2 Empresas brasileiras;
- 13.14.1.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 13.14.1.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 13.15 Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 13.16 Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

13.16.1A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.16.2A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.17 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

13.18 O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

13.19 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.20 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

13.21 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13.22 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

13.23 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

13.24 É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14 DA FASE DE HABILITAÇÃO

14.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, anexo III, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 14.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 14.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 14.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 14.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 14.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 14.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 14.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 14.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 14.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 14.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 14.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 14.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 14.12 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 14.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 14.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 14.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 14.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 14.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 14.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 14.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 14.15 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.12.1.
- 14.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 14.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 14.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 14.20 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista neste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

(A) Documentação relativa à habilitação jurídica;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;

(C) Documentação relativa à habilitação fiscal;

(D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

14.21 As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.22 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

14.23 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

14.24 A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

14.25 O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

14.26 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = _____

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que _____. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

ILC = _____

PASSIVO CIRCULANTE

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a _____. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IE = _____

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo do Edital de Concorrência Eletrônica nº .

(C) HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Maricá, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Maricá, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF– FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo _____, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo _____.

(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(E.7) Declaração formal da licitante indicando a localização das instalações dedicadas ao desempenho de sua atividade, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento, quando for o caso.

(E.8) Para os aspectos técnicos específicos relativos a [descrever os aspectos técnicos pertinentes], a qualificação técnica pode ser demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, em relação a [limitado a 25%] do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado, na forma do § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, Anexo III.

15.4 O prazo poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5 No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

15.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

15.7 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

15.7.1 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

15.7.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

16 DOS RECURSOS

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 16.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 16.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 16.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 16.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 16.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 16.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 16.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.9 Divulgada a vencedora, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.
- 16.10 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 16.11 As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 16.12 A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.
- 16.13 A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 16.14 Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.
- 16.15 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.16 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 16.17 Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo XV).

17 DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

17.1 As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

17.2 Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.2.1 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

17.3 A desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

17.3.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.ictim.com.br.

18 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

18.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1 não enviar a proposta após a negociação;

18.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 18.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 18.1.2.4 deixar de apresentar amostra; ou
- 18.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 18.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.6 fraudar a licitação;
- 18.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 18.1.7.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.7.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1 advertência;
- 18.2.2 multa;
- 18.2.3 impedimento de licitar e contratar; e
- 18.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 18.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 18.4.1 Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 18.4.2 Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 18.5As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.8Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.9A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 18.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

18.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

18.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, endereçado ao correio eletrônico: (apoio@ictim.com.br).

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

20.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

20.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

20.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

20.5 No caso de apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, o prazo deverá ser contado da homologação da licitação, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021. Nas demais modalidades de garantia, deverá o Contrato prever o prazo e o termo início de sua contagem para sua apresentação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

21 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

21.1 Trata-se de uma contratação sob o regime de execução direta de “Empreitada por Preço Global”, que tem como vantagens (i) a simplicidade nas medições (por ser a cada produto entregue), (ii) o menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço, (iii) o valor final do contrato ser, em princípio, fixo, (iv) restringir os pleitos do contratado à assinatura de aditivos e (v) o incentivo ao cumprimento de prazos, pois o contratado só recebe quando conclui um serviço.

21.2 O INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), conforme a necessidade, emitirá Ordem de Serviço (OS) para o desenvolvimento dos serviços previstos no certame, essas OSs serão aprovadas pelas partes quanto à definição dos recursos e prazos necessários ao desenvolvimento dos produtos demandados.

21.3 Para emissão da Ordem de Serviço (OS) será necessário a apresentação de sua composição de custo para análise de economicidade do Controle Interno desta Autarquia a fim de se comprovar o seu enquadramento com os preços praticados no mercado.

21.4 Deste modo, as medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços e autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, obedecendo aos quantitativos de serviços realmente executados pela Contratada, de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OSs) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

21.5 Os critérios de medição específicos para o objeto, serão estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme complexidade, tendo como parâmetros os seguintes critérios:

Ordem de Serviço		Prazo	Serviço/Produto	% do Serviço/Produto
1	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	30 dias	Da entrega da solução	100%
2	Prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos	30 dias	Da entrega da solução	100%
3	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	30 dias	Da entrega da solução	100%
4	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	30 dias	Da entrega da solução	100%
5	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por	30 dias	Da entrega da solução	100%

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

	voz				
6	Solução de Processamento de Linguagem Natural	NLP	30 dias	Da entrega da solução	100%
7	Solução de Processamento Inteligente de Documentos	IDP	30 dias	Da execução do serviço	100%

21.6 Os serviços de apoio a gestão serão medidos mensalmente.

21.7 Os produtos relativos a cada Ordem de Serviço (OS) só serão considerados entregues à Comissão de Fiscalização se contiverem todo o conteúdo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço (OS).

21.8 No final de cada mês será processado o Boletim de Medição, considerando os produtos entregues de cada ordem de serviço ao longo do mês recorrente, além do produto referente ao Apoio a Gestão.

21.9 Desta forma, as medições serão autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, e os pagamentos serão realizados de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OS) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

Aceitação do Objeto Contratual

21.10 Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

21.11 Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá formalizar a entrega do produto à Fiscalização, em (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.

21.12 A formalização da entrega do produto à Fiscalização ora estabelecida fora do prazo previsto na respectiva Ordem de Serviço (OS) caracterizará atraso, sujeitando a Contratada as penalidades cabíveis.

21.13 Constatada a condição de conclusão do objeto, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

21.14 Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a Fiscalização formalizará junto à Contratada o Relatório de Análise indicando as pendências os ajustes necessários, os quais deverão ser realizados no prazo de 10 (dez) dias.

21.15 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará nova formalização da entrega do produto à Fiscalização, em 1 (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.

21.16 Constatada a conclusão das pendências na nova análise, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

21.17 Após a emissão do Termo de Aprovação, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

Forma de pagamento

21.18 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.22 O pagamento deverá ser efetuado até o 30º (trigésimo) dia contado a partir do adimplemento de cada parcela, como forma de permitir o cálculo de multa por atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

21.23 Nos casos de eventuais atrasos no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,05% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do a do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

21.24 Na eventualidade de ocorrer antecipação no pagamento, de acordo com a legislação vigente, o valor sofrerá deflação financeira, à taxa de 0,05 % ao mês, calculado pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data de adimplemento da parcela.

Liquidação

21.25 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

21.25.1o prazo de validade;

21.25.2a data da emissão;

21.25.3os dados do contrato e do órgão contratante;

21.25.4o período respectivo de execução do contrato;

21.25.5o valor a pagar; e

21.25.6eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 21.26 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 21.27 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.28 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 21.29 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 21.30 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.31 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 21.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 21.33 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 21.34 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Reajuste

- 21.35 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), calculado e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 - I0) / I0$$

Onde:

- R = Valor do reajustamento procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- I1 = índice correspondente ao mês de aniversário do orçamento estimado;
- I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação do orçamento estimado.

21.36 A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

21.37 No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

21.38 Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

21.39 Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

21.40 Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

22 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

21.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência (TR), a formatação de Ata de Registro de Preços para à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Apoio à Governança de TIC, contemplando atendimento de demandas para consultoria tecnológica e sustentação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da Administração Pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, que atenda de forma ampla às demandas do Municipal de Maricá - PMM, conforme condições e especificações constantes neste instrumento e seus Anexos, visando atender o plano diretor dessa PMM, conforme bases, condições e especificações constantes neste Termo e seus Anexos.

21.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como especiais, nos termos do inciso XIV, art. 6º, Capítulo III – Das definições, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

23 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

23.1 A natureza do objeto da contratação trata-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado; pois trata-se de serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação; serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação; que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

23.2A contratação visa o provimento de serviço de apoio à Governança de TIC, contemplando atendimento de demandas de consultoria tecnológica e sustentação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, abrangendo a execução de rotinas periódicas, recebimento, orientação, esclarecimento de dúvidas, registro, análise, diagnóstico e resolução das solicitações de usuários de soluções de tecnologia da informação e comunicação; contemplando a especificação, o desenvolvimento, a modelagem, a automação, o suporte, a manutenção de sistemas de informação; o gerenciamento, a manutenção, o monitoramento e a consultoria especializada em ambiente computacional (local e remoto) de TIC através de ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas.

23.3Garantir a continuidade dos serviços de governança de TIC, atualmente providos através de contratos a encerrar em curto prazo ou já encerrados e que são responsáveis pela sustentação de infraestrutura de TIC e consultoria tecnológica, que se não disponíveis tem o condão de causar paralisia parcial ou total do funcionamento da missão institucional do órgão ou secretaria.

23.4A administração do Município de Maricá encontra-se diante de oportunidades e desafios na era digital, demandando a adaptação às transformações tecnológicas, sociais e econômicas globais. A crescente população local, que busca serviços públicos de maior qualidade, requer da gestão municipal uma capacidade aprimorada de planejamento, administração e inovação. Nesse contexto, torna-se essencial a implementação de soluções ágeis, inovadoras e de alta qualidade para os cidadãos, visando a otimização dos recursos públicos.

23.5Diante desse cenário, o ambiente atual do data center do Município de Maricá tem enfrentado diversos desafios em relação à operacionalização de sua missão fundamental, que consiste em armazenar os sistemas de alta criticidade do município e processar dados e informações essenciais para assegurar o princípio da continuidade no serviço público.

23.6Diante do exposto, a infraestrutura do atual ambiente físico conhecido como "data center" no Município de Maricá apresenta deficiências significativas. A falta de um controle de acesso físico apropriado, a ausência de climatizadores de precisão, o uso de paredes de concreto para as torres de resfriamento e equipamentos críticos, a inexistência de sistemas de combate a incêndios e de proteção contra desastres naturais são algumas das preocupações. Além disso, as condições da rede elétrica demonstram inadequações, com circuitos instáveis, gerando ameaças constantes à operação dos equipamentos e à continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação (TI). O espaço físico disponível no prédio da administração municipal é limitado, com aproximadamente 27m², e não atende aos requisitos e padrões adequados.

23.7As vulnerabilidades mencionadas representam uma ameaça aos investimentos realizados por meio das aquisições, podendo resultar em consequências desproporcionais.

23.8Além disso, a obsolescência e defasagem dos equipamentos têm impactado de maneira significativa os ativos de redes do data center do município, que representa o principal ambiente tecnológico da gestão pública municipal.

23.9Acerca do ciclo da vida útil dos ativos de TI, a presente análise considera uma perspectiva alinhada às orientações do Governo Federal contidas nas Diretrizes para contratação de Ativos de TIC (Diretrizes para Contratação de Ativos de TIC - Português (Brasil) onde consta um guia de boas práticas, orientações e vedações para contratação de ativos de TIC¹. Para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão orienta que se deve considerar a vida útil mínima de:

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 23.9.1 5 (cinco) anos para ativos de rede, tipo equipamentos WI-FI, switches de centro e de borda, roteadores etc.;
- 23.9.2 5 (cinco) anos para servidores de rede; aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros;
- 23.10 A natural defasagem e obsolescência dos ativos de rede do data center do município têm impacto direto na rotina diária dos trabalhos realizados pela administração municipal, afetando padrões de segurança e chegando ao limite de sua operacionalização. Diante disso, a situação atual requer uma resposta imediata para evitar falhas ou interrupções nos serviços prestados aos cidadãos e servidores, além de prevenir sérios prejuízos à capacidade operacional da PMM.
- 23.11 Atualmente, todos os serviços essenciais, como sistemas, aplicativos, portais, provimento de acesso à internet, armazenamento de dados, máquinas virtuais, arquivos digitais e conectividade para as secretarias, autarquias, institutos e demais unidades da administração direta e indireta do município de Maricá estão centralizados. Esses serviços dependem exclusivamente da disponibilidade dos equipamentos instalados no data center, sem a presença de redundância de infraestrutura e equipamentos que poderiam ampliar a garantia da disponibilidade completa dos serviços de Tecnologia da Informação (TI).
- 23.12 Desta forma, verificou-se a imprescindibilidade por uma contratação de serviços especializados que possam assessorar a força de trabalho deste município, secretarias e órgãos do município de Maricá, utilizando a métrica de Unidade de Serviço Técnico (UST), por ser de fundamental importância para atendimento as demandas da Administração Pública.
- 23.13 A adoção da tecnologia DLT tem se mostrado cada vez mais atrativa para diversas empresas e organizações, impulsionada por seus benefícios únicos e a capacidade de revolucionar processos e modelos de negócio:
- 23.14 Logística: Rastreamento de produtos, gestão da cadeia de suprimentos.
- 23.15 Governança: Voto eletrônico, registro de propriedades, identidade digital.
- 23.16 Saúde: Gestão de registros médicos, rastreabilidade de medicamentos.
- 23.17 Energia: Negociação de energia renovável, gestão de redes inteligentes.

24 ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

24.2 Natureza do Objeto da contratação

- 24.2.1 Trata-se o objeto de serviço de natureza especial, na forma do inciso XIV, art. 6º, Capítulo III – Das definições, da Lei Federal nº 14.133/, considera a sua alta heterogeneidade ou complexidade.

24.3 Necessidades de Negócio

- 24.3.1 A contratação visa o provimento de serviço de apoio à Governança de TIC, contemplando atendimento de demandas de consultoria tecnológica e sustentação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação com solução DLT e automação de processos, abrangendo a execução de rotinas periódicas, recebimento, orientação, esclarecimento de dúvidas, registro, análise, diagnóstico e resolução das solicitações de usuários de soluções de tecnologia da informação e comunicação; contemplando a especificação, o desenvolvimento, a modelagem, a automação, o suporte, a

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

manutenção de sistemas de informação; o gerenciamento, a manutenção, o monitoramento e a consultoria especializada em ambiente computacional (local e remoto) de TIC através de ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas.

24.3.2 Garantir a continuidade dos serviços de governança de TIC, atualmente providos através de *contratos a encerrar em curto prazo ou já encerrados e que são responsáveis pela sustentação de infraestrutura de TIC e consultoria tecnológica, que se não disponíveis tem o condão de causar paralisia parcial ou total do funcionamento da missão institucional do órgão ou secretaria

24.4 Necessidades Tecnológicas

24.4.1 De arquitetura tecnológica

24.4.1.1 Não se aplica em razão da natureza da contratação.

24.5 De projeto e de implementação

24.5.1 Não se aplica em razão da natureza da contratação.

24.6 De implantação

24.6.1 Não se aplica em razão da natureza da contratação.

24.7 De garantia e manutenção

24.7.1 Não se aplica em razão da natureza da contratação.

24.8 De experiência da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC

24.8.1 A experiência profissional exigida aos profissionais que irão prestar consultoria deverá seguir o que consta no Anexo II - Catálogo de Serviços (59018898).

24.8.2 Para comprovação dessa experiência, poderá o CONTRATANTE realizar diligências a qualquer tempo durante a vigência contratual a fim de verificar a conformidade do requisito.

24.9 De formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC

24.9.1 A formação acadêmica exigida aos consultores que irão prestar consultoria deverá seguir o que consta no Anexo II - Catálogo de Serviços (59018898).

24.9.2 Para comprovação dessa experiência, poderá o CONTRATANTE realizar diligências a qualquer tempo durante a vigência contratual a fim de verificar a conformidade do requisito.

24.10 Descrição de possíveis Impactos Ambientais

24.10.1 A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção desenvolvimento estadual / nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, devendo ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para sua execução e em conformidade com o Decreto Estadual do RJ 43.629/12.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

25 ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÕES

25.2 Os custos envolvidos na contratação pretendida abrangem a prestação de serviços de Apoio à Governança de TIC, contemplando atendimento de demandas para consultoria tecnológica e sustentação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da Administração Pública.

25.3 A contratação ora pretendida também ocorrer via UST (Unidade de Serviço Técnico) com mensuração de resultados.

25.4 O mesmo é comercializado no mercado de TIC por meio de pagamentos mensais, a partir do valor da proposta vencedora da licitação. O valor a ser pago está atrelado ao atingimento de níveis de serviço exigidos contratualmente, de modo que deve ocorrer uma avaliação mensal para ajustar o valor a ser pago de acordo com o atingimento ou não das metas exigidas. Apesar do custo estar diretamente ligado aos níveis de serviço exigidos, o insumo principal serviço é o perfil técnico e as tarefas a serem executadas sob demanda do CONTRATANTE. Os principais custos da empresa CONTRATADA serão direcionados para o pagamento dos profissionais que prestarão os serviços.

26 DEMANDA ESTIMADA E QUANTITATIVO

26.2 Realizada pesquisa no Catálogo de Soluções de TIC do Governo Federal, e identificado que o objeto não se aplica por não ser uma solução de TIC, e sim consultoria em soluções de TIC, e tal catálogo é focado em produtos de software basicamente.

26.3 As quantidades estimadas para contratação pela entidade estão sintetizadas na tabela abaixo:

#	CATSER	DESCRIÇÃO	METRICA UST	QTD
1	27340	Prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos	(Unidade de Serviço Técnico)	118.000
2	26077	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	Licença/Subscrição	1
3	27090	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	Mensagem/Minuto	50.000
4	27090	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por voz	Licença/Subscrição	1
5	27090	Solução NLP Processamento de Linguagem Natural	Licença/Subscrição	1
6	27090	Solução IDP Processamento Inteligente de Documentos	Licença/Subscrição	100.000
7	27090	Solução para Orquestração de Processos	Licença/Subscrição	1

26.4 A motivação para a demanda do Município de Maricá estimada no item anterior está diretamente relacionada ao fato de que hoje, não detém em seus quadros profissionais com estas qualificações, e não se configura oportuno e vantajoso treinar os poucos recursos existentes hoje, em tantas soluções distintas de soluções de TIC, tendo em vista que levará um tempo muito grande até que estes recursos tenham dominado todas as tecnologias, e não há garantia de que tal investimento será mantido ao longo dos anos diante do dinamismo do mercado de TIC atual.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

26.5A quantidade estimada tomando como base o catálogo de serviços e a métrica simbólica de que cada UST equivale a 1 (uma) hora de trabalho executado. Desta forma, cada atividade tem um custo em USTs que se correlaciona com o tempo necessário para sua execução, e as quantidades estimadas, considerando essa premissa, garantem a execução de todas as atividades em quantidades suficientes para o necessário apoio à Governança de TIC por pelo menos 1 (um) ano, que será a vigência contratual, contemplando tal estimativa também eventuais novos projetos durante o período de prestação de serviços.

26.6Diante de todo o exposto, a entidade entende que a contratação dos serviços constitui recurso fundamental para o estabelecimento de um processo de Governança e Gestão de TI, de forma a aumentar a maturidade, permitindo o alinhamento dos seus objetivos estratégicos com a missão institucional da Administração Pública.

26.7O dimensionamento do quantitativo de UST considerou, dentre outros parâmetros, o nível de complexidade das atividades a serem executadas, em virtude da realização de um serviço ou entrega de um produto ou artefato, com duração predefinida. A despeito disso, o mesmo será utilizado para prestação de serviços em diversos perfis técnicos profissionais, tarefas envolvidas, níveis de complexidade, frequência e previsão dos quantitativos de UST's (Unidade de Serviço Técnico) por atividade. O detalhamento deste item está descrito no Anexo I - Especificações Técnicas.

26.8Os quantitativos de USTs estimados para cada um dos "Serviços", previstos no Catálogo de Serviços (TR - ANEXO II), poderão ser remanejados entre os serviços disponíveis no catálogo de serviços, podendo necessidades pontuais do Contratante serem supridas. No caso da necessidade de inclusão de novos serviços, o remanejamento de UST será em razão do redirecionamento estratégico do órgão.

26.9Caso identificada a necessidade de ajuste no quantitativo de UST dos serviços propostos no Catálogo de Serviços ou a necessidade de inclusão de novos serviços, este ajuste poderá ocorrer desde que não superem a estimativa total de UST contratada, o que somente poderá ocorrer mediante Termo Aditivo e dentro dos percentuais legais previstos.

26.10 A necessidade desse ajuste é previsível visto que a execução de alguns serviços poderá gerar a necessidade de novos procedimentos ou tarefas, sendo necessária a inclusão de novos serviços para suportá-los, com o objetivo de aprimorar a Governança de TI da área de Tecnologia da Informação do Estado.

27 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

27.2Requisitos de Qualificação Técnica

27.2.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

27.2.2 O(s) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviços executados em contratos ativos, devem ser com pelo menos 12 (doze) meses do início da sua execução com relação à data publicação deste instrumento.

27.2.3 Somente serão aceitos atestado(s) de capacidade técnica, expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 12 (doze) meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

27.2.4 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem os itens abaixo:

27.2.4.1 Prestação de serviço de natureza pertinente e compatível com o objeto, em um único contrato, com pelo menos 15 (quinze) %, em 12 meses, do total das unidades de USTs previstas neste documento, percentual esse que visa mitigar os riscos de inexecução contratual por empresa que não possua capacidade operacional compatível com a demanda total da ata de registro, em seus diversos contratos a serem firmados;

27.2.4.2 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que as soluções de DLT e automação com no mínimo:

27.2.4.3 490.000 transações por ano

27.2.5 Será aceito a soma de atestados de contratos distintos de períodos concomitantes, desde que aderentes aos requisitos aqui estabelecidos.

27.2.6 Serão aceitos atestados em nome da Matriz ou Filiais, e de empresas do mesmo grupo econômico, desde que comprovada a relação entre elas, o que poderá ser feito através de documentos de constituição das empresas, tais como Contrato Social, Certidão da Junta Comercial, ou informações presentes nos portais eletrônicos oficiais das empresas.

27.2.7 Nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal (CF), é plenamente cabível a exigência de comprovação de experiência da licitante, indispensável e pertinente à garantia do cumprimento das obrigações da Administração.

27.2.8 Dessa forma, não restringe o caráter competitivo do certame fixar quantitativos mínimos em compatibilidade com o princípio da razoabilidade, devendo as licitantes fazerem prova dos quantitativos mínimos, demonstrando a experiência acumulada por serviços executados e em execução.

27.2.9 Para efeitos de comprovação, será aceito atestado expresso em UST (Unidades de Serviços Técnicos), ou HST (Hora de Serviço Técnico), onde será utilizada a conversão de 1 (uma) Hora de Serviço Técnico (HST) equivalente a 1 (uma) Unidade de Serviço Técnico (UST). Não serão aceitas outras métricas além das citadas neste item.

27.2.10A comprovação de que o(s) profissional(is) mencionado(s) pertence(m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, ou contrato de prestação de serviços.

27.2.11 Se forem encontradas divergências entre o especificado nos atestados de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, a LICITANTE ficará sujeita às penalidades cabíveis.

28 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

28.1O licitante deverá enviar, acompanhando os documentos de qualificação técnica tratados no tópico anterior, a documentação que informe a solução ofertada, bem como proposta técnica contendo a especificação clara e inequívoca de todos os itens das soluções de DLT e automação, conforme os modelos e solicitações contidos nos Anexos I, II, III, IV deste Edital.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

29 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1 Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente do órgão adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

29.2 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

29.3 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

29.4 A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

29.5 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

29.6 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo III) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo XIV).

29.7 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

29.8 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

29.9 Integram o presente procedimento licitatório, na condição de órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal de Urbanismo e a Secretaria Municipal de Educação, ambas vinculadas ao Município de Maricá.

29.10 Os referidos órgãos participaram da fase de planejamento da contratação, inclusive quanto à definição dos quantitativos estimados, e poderão realizar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas suas necessidades administrativas e a disponibilidade orçamentária.

29.11 Nos casos de adesão por órgãos não participantes, não poderá exceder 50% da quantidade total da ata.

29.12 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

29.13 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

29.14 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

29.15 As aquisições ou contratações adicionais, mediante o instituto da adesão, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. As respectivas adesões também não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

29.16 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

29.17 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

29.18 O órgão gerenciador responsável pela gestão da ata somente poderá autorizar as aquisições pelos órgãos participantes em caso de restar saldo na ata. No tocante às adesões, o órgão não poderá autorizar a adesão em atas integralmente consumidas pelos órgãos participantes;

29.19 O órgão gerenciador responsável pela gestão da ata somente poderá autorizar as adesões depois de realizada a primeira aquisição ou contratação por órgão participante da ata de registro de preços.

30 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1 O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo XIV.

30.2 A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

30.3 Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto desta licitação.

31 FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

31.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre ICTIM e as licitantes vencedoras.

31.2 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

31.3As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

31.4A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se ao ICTIM o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

31.5As licitantes remanescentes convocadas na forma do item 31.4, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades estabelecidas neste Edital.

32 ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

32.1Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do serviço e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos prestadores.

32.2Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o órgão gerenciador convocará os prestadores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

32.3Os prestadores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

32.4A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

32.5A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

32.6Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento/prestação de serviço, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

32.7A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

32.8 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor/prestador continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

32.9 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

32.10 Liberado o fornecedor na forma do item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

32.11 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

32.12 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

32.13 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade.
- V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

32.14 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

32.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I- por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

33 DO FORO

32.1 Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

34 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

34.2Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

34.3Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

34.4A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

34.5As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

34.6Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

34.7Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

34.8O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

34.9Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

34.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marica.rj.gov.br/>.

34.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação.

34.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO I – PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DETALHADA
ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO IV – ROTEIRO DE TESTE DE BANCADA (PROVA DE CONCEITO)
ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PREFEITURA
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IX – MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
ANEXO X – DECLARAÇÃO - ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ANEXO XI – DECLARAÇÃO REF. AO EMPREGO DE MENOR
ANEXO XII – DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO - ART. 63, INCISO I E § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ANEXO XIV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO XV – MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XVI – MATRIZ DE RISCO
ANEXO XVII – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
ANEXO XVII – MINUTA TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO DA CONTRATADA
ANEXO XIX – DECLARAÇÃO DE VISTORIA
ANEXO XX – DECLARAÇÃO DE RECUSA DE VISTORIA

Maricá, 12 de fevereiro de 2026.

Álvaro L. B. de A. Bento
Matrícula ICTIM nº 1.300.166

Lennon Toledo Rosestolato
Matrícula 1.300.134

Alexandre José Machado Leal
Matrícula ICTIM nº 1.300.168

Thais Soares Damazio
Matrícula ICTIM nº 1.300.012

Edson Rohen Barreto
Matrícula ICTIM nº 1.300.135

Ana Clara De Oliveira Motta
Matrícula ICTIM nº 1.300.150

Emerson Lacerda Alencar
Matrícula ICTIM nº 1.300.030

Erick Ribeiro De Matos
Matrícula ICTIM nº 1300079

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO I – PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

PROCESSO: 0024507/2025


ICTIM
 INSTITUTO DE CIÊNCIA
 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
 DE MARICÁ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ


MAPA DE PREÇO (COMPARAÇÃO DE PREÇOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	PESQUISA DIRETA COM 3 FORNECEDORES			MÉDIA DO VALOR TOTAL DOS PREÇOS COLETADOS
				VORTEX IT SECURITY	SAFER CYBERSECURITY	DIGITALT SOLUCOES	
1	Prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos	118.000	UST	Valor Unitário R\$ 286,00 Valor Total R\$ 33.748.000,00	Valor Unitário R\$ 268,00 Valor Total R\$ 31.624.000,00	Valor Unitário R\$ 398,00 Valor Total R\$ 46.964.000,00	R\$ 37.445.333,33
2	Solução DLT	1	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	Valor Unitário R\$ 1.799.850,00 Valor Total R\$ 1.799.850,00	Valor Unitário R\$ 1.899.793,00 Valor Total R\$ 1.899.793,00	Valor Unitário R\$ 1.499.999,00 Valor Total R\$ 1.499.999,00	R\$ 1.733.214,00
3	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	50.000	MENSAGEM / MINUTO	Valor Unitário R\$ 2,90 Valor Total R\$ 145.000,00	Valor Unitário R\$ 3,25 Valor Total R\$ 162.500,00	Valor Unitário R\$ 2,60 Valor Total R\$ 130.000,00	R\$ 145.833,33
4	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por voz	1	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	Valor Unitário R\$ 219.900,00 Valor Total R\$ 219.900,00	Valor Unitário R\$ 258.793,00 Valor Total R\$ 258.793,00	Valor Unitário R\$ 210.000,00 Valor Total R\$ 210.000,00	R\$ 229.564,33
5	Solução NLP	1	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	Valor Unitário R\$ 290.000,00 Valor Total R\$ 290.000,00	Valor Unitário R\$ 389.000,00 Valor Total R\$ 389.000,00	Valor Unitário R\$ 299.000,00 Valor Total R\$ 299.000,00	R\$ 326.000,00
6	Solução IDP	1	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	Valor Unitário R\$ 1,80 Valor Total R\$ 180.000,00	Valor Unitário R\$ 1,98 Valor Total R\$ 198.000,00	Valor Unitário R\$ 1,59 Valor Total R\$ 159.000,00	R\$ 179.000,00
7	Solução para Orquestração de Processo	1	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	Valor Unitário R\$ 9.850.950,00 Valor Total R\$ 9.850.950,00	Valor Unitário R\$ 11.280.000,00 Valor Total R\$ 11.280.000,00	Valor Unitário R\$ 8.952.878,00 Valor Total R\$ 8.952.878,00	R\$ 10.027.942,66
				VALOR GLOBAL: R\$ 46.233.700,00	VALOR GLOBAL: R\$ 45.812.086,00	VALOR GLOBAL: R\$ 58.214.877,00	VALOR GLOBAL: R\$ 50.086.887,65

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO II – PROPOSTA DETALHADA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ Comissão permanente de licitação			CONCORRÊNCIA N.º 001/2026-SRP A Realizar-se em 17/04/2026 Processo: 0024507/2025		
PROPOSTA DETALHE			CARIMBO DO CNPJ		
<p>A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º XXXX/2025-SRP</p> <p>Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da Administração Pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, voltados ao desenvolvimento do município de Maricá/RJ, no âmbito do INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.</p>					
ID	ITEM	UNIDADE	QTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à Governança de tecnologia e processos	UST	118.000		
2	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	Licença / Subscrição	1		
3	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	Mensagem/ Minuto	50.000		
4	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por voz	Licença / Subscrição	1		
5	Solução NLP Processamento de Linguagem Natural	Licença / Subscrição	1		
6	Solução IDP Processamento Inteligente de Documentos	Licença / Subscrição	100.000		
7	Solução para Orquestração de Processos	LICENÇA / SUBSCRIÇÃO	1		
VALOR TOTAL					



ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.

OBS: Havendo divergência entre as descrições e as marcas exemplificativas deverão prevalecer às descrições dos objetos.

Em, ____ de _____ de 2026.

Nº de Inscrição Municipal ou Estadual

Firma Proponente (Assinatura)

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0024507/2025

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1.** O presente Termo de Referência (TR) tem por objetivo demonstrar a necessidade, viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas na contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da administração pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, voltados ao desenvolvimento do Município de Maricá/RJ, no âmbito do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
- 1.2.** Este TR é consequência da formalização da demanda através do Documento de Oficialização de Demanda (DOD), devidamente assinado, bem como o ETP, ambos acostados ao presente processo administrativo, conforme exigido pelo Art. 3º e seguintes do Decreto Municipal nº 78/2025.
- 1.3.** Tal contratação será realizada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.4.** O serviço objeto desta contratação são caracterizados especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a contar da expedição da Ordem de Início dos Serviços/Produtos, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da administração pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses.

2.1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1.1 O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à governança de tecnologia da informação e comunicação e de processos, destinados ao atendimento de demandas recorrentes e sob demanda do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), mediante execução indireta, com mensuração por Unidade de Serviço Técnico (UST), bem como no fornecimento de licenças ou subscrições de soluções tecnológicas integradas, compreendendo:

I. serviços especializados de governança de TIC e processos, prestados sob demanda, mediante Ordens de Serviço;

II. soluções baseadas em Tecnologia de Registro Distribuído (DLT);

III. soluções de automação de processos, incluindo chatbots com inteligência artificial, processamento de linguagem natural (NLP), processamento inteligente de documentos (IDP) e orquestração de processos;

IV. soluções de comunicação automatizada e estratégias de comunicação ativa por voz;

V. serviços de sustentação, suporte técnico, monitoramento, observabilidade, segurança da informação e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2.1.2 O objeto deverá ser executado de forma integrada, observando-se os níveis de serviço, os instrumentos de medição de resultados e os critérios de desempenho definidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

2.2 DA NATUREZA DO OBJETO

2.2.1 O objeto possui natureza de serviço técnico especializado de caráter continuado, classificado como serviço especial de tecnologia da informação e comunicação, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, “c”, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2 Trata-se de serviço de natureza predominantemente intelectual, estratégica e especializada, que demanda conhecimento técnico específico, constante atualização tecnológica, capacidade de integração sistêmica e atuação continuada para garantir a governança, a segurança, a eficiência operacional e a modernização dos processos administrativos do ICTIM.

2.2.3 Em razão dessas características, a contratação será realizada mediante Concorrência, com critério de julgamento de Técnica e Preço, conforme autorizado pelos arts. 36 e 37, ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas disposições específicas aplicáveis aos bens e serviços de TIC.

2.3 DO PRAZO DO OBJETO CONTRATADO

2.3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

2.3.2 Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas, respeitados os níveis de serviço e os instrumentos de medição de resultados.

2.4 DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO OBJETO

2.4.1 O contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, observado o interesse da Administração e a demonstração da manutenção da vantajosidade da contratação, limitado ao prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 57, inciso III, do Decreto Municipal nº 78/2025.

2.4.2 A prorrogação ficará condicionada, cumulativamente:

- I. à comprovação da permanência da necessidade institucional dos serviços;
- II. à demonstração de que os preços contratados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

III. à existência de dotação orçamentária suficiente e adequada.

2.4.3 A prorrogação não implica direito adquirido da contratada, constituindo faculdade da Administração Pública, condicionada ao atendimento do interesse público.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada envolve um conjunto integrado de serviços técnicos especializados e o fornecimento de licenças/subscrições de software, com o objetivo de otimizar a infraestrutura e a comunicação da Administração Pública de Maricá, em especial do ICTIM. A solução como um todo, considerando seu ciclo de vida, abrange:

3.1 SERVIÇOS DE APOIO À GOVERNANÇA DE TIC (POR USTS):

- Serviços por USTs: Apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação de tecnologia e processos especiais. Estes serviços, de natureza contínua, são voltados para a atualização, disponibilidade, performance e segurança, e conformidade com os processos internos. Serão atendidos por meio de Ordens de Serviço (OS) específicas e podem cobrir cenários como:
- Demandas de consultoria especializada;
- Definição de arquitetura de ambientes;
- Mudanças e/ou migrações de plataformas tecnológicas;
- Inclusão/mudança de ferramentas de software dos ambientes computacionais;
- Projetos de melhorias de níveis de serviço (disponibilidade, performance, segurança);
- Projetos de infraestrutura de software, hardware e rede;
- Projetos de análise de dados para melhoria dos serviços de entrega de informações;
- Projetos em geral para melhorar a eficiência do ambiente tecnológico;
- Mudanças de Datacenters, CPDs;
- Apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação aos processos internos.
- Sendo assim, foram definidos os seguintes níveis de complexidades: Baixa, Média, Alta e Especialista.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Tabela 01 – Complexidade

Item	Complexidade	Fator
1	Baixa	1
2	Média	2
3	Alta	3
4	Especialista	4

- Esta contratação considera a conversão de 1 (uma) Hora de Trabalho para 1 (uma) UST's (Unidades de Serviços Técnicos) para complexidade Muito Baixa.

Complexidade	ID	Descrição	Qtd. UST's
Baixa	B	Atividades operacionais rotineiras de atendimento ao usuário, com baixa complexidade.	1
Média	M	Atividades operacionais de serviços técnicos com médio grau de análise, conhecimento técnico de infraestrutura.	2
Alta	A	Atividades com conhecimentos técnicos avançados de infraestrutura com necessidade de experiência para o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços.	3
Especialista	E	Consultoria especializada nos serviços de infraestrutura, projetos e suporte de alto nível para as atividades não rotineiras que requeiram conhecimento especialista. Gestão das equipes técnicas e dos projetos com base nas melhores práticas do PMBOK e ITIL	4

3.2 SOLUÇÃO DE DLT (DISTRIBUTED LEDGER TECHNOLOGY)

- Gerenciamento:** Completo, com rastreamento de demandas e fluxos de processos, verificação de acesso a documentos.
- Segurança:** Ambiente 100% seguro e na nuvem, acesso criptografado, controle de acesso por dispositivos externos.
- Licença/Requisitos:** Gestão de BPMS com SLAs e pipelines, Cloud interno para arquivos, armazenamento ilimitado (ISO/SOC3/TIER), editor de textos, crossbrowser/crossplataform, DLT blockchain r3-crd para gestão de ações/eventos, assinatura eletrônica com validação jurídica em DLT blockchain r3-crd (algoritmos Need-to-Know), capacidade para grandes volumes de dados/Multi-Nós blockchain, camada de consulta do blockchain, gestão de backups, pesquisa inteligente, dinamização de regras/perfis/autoridades, alertas, envio de e-mails, compartilhamento e colaboração em documentos eletrônicos.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

3.3 SOLUÇÕES DE AUTOMAÇÃO (CHATBOTS COM IA, ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO ATIVA POR VOZ, NLP, IDP E ORQUESTRAÇÃO DE PROCESSOS)

- **Gerenciamento:** Rastreabilidade ponta a ponta de interações e fluxos, Observabilidade (logs, métricas, auditoria), controle de acesso por perfis.
- **Segurança:** Criptografia para dados sensíveis, autenticação, políticas de privacidade alinhadas à LGPD. Operação modular e integrável.
- **Licença/Requisitos:** Atendimento Omnichannel com IA (web, e-mail, WhatsApp/SMS, voz), histórico unificado, handoff humano, avaliação de satisfação (CSAT/NPS), conformidade de mensageria, gestão de opt-in/opt-out, campanhas ativas de voz, Core de NLP (detecção de intenções/entidades, sumarização, análise de sentimento, revisão humana), IDP (OCR, classificação automática, extração estruturada, suporte a manuscrito/baixo DPI, modelos treináveis), Orquestração de Processos (modelagem, SLAs, temporizadores, filas, retries/compensações, regras de negócio, escalonamentos), integrações nativas (APIs REST, webhooks, conectores, interoperabilidade com DLT), DevOps e governança (versionamento, ambientes, esteiras CI/CD), monitoramento e analytics (dashboards, alertas), documentação técnica e sandbox para testes.

3.4 A descrição da solução como um todo atende ao Art. 18, II, da Lei nº 14.133/2021, e ao Anexo V, Art. 1º, III, do Decreto Municipal nº 78/2025, que exigem uma descrição abrangente do objeto contratual.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação decorre da crescente complexidade dos processos administrativos desenvolvidos no âmbito do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), bem como da necessidade de adoção de soluções tecnológicas avançadas que assegurem maior eficiência, segurança, rastreabilidade, padronização e conformidade normativa. O cenário atual impõe à Administração Pública desafios relacionados à transformação digital, à governança de dados, à adequação à legislação vigente, especialmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e à modernização contínua dos fluxos internos, exigindo automação de rotinas, integração sistêmica e suporte técnico especializado para garantir a efetividade das atividades institucionais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

4.2 Nesse contexto, a utilização de soluções tecnológicas capazes de promover a automatização de processos, o monitoramento inteligente de procedimentos, a orquestração de fluxos administrativos, o tratamento adequado das informações e a implementação de ferramentas avançadas, como Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), Processamento de Linguagem Natural (NLP), Processamento Inteligente de Documentos (IDP) e comunicação automatizada, revela-se indispensável para assegurar agilidade, transparência, eficiência operacional e mitigação de riscos. Tais recursos contribuem diretamente para o aprimoramento da gestão pública, a confiabilidade dos registros administrativos e a elevação do nível de governança e inovação institucional, em consonância com o interesse público e com as diretrizes de transformação digital do Município de Maricá.

4.3 Ademais, a execução indireta dos serviços mostra-se necessária e adequada, diante da inviabilidade de sua realização integral com recursos próprios do ICTIM, seja pela insuficiência quantitativa de servidores, seja pela inexistência de quadro técnico especializado compatível com a complexidade e a constante evolução das soluções de tecnologia da informação e comunicação. O modelo de remuneração por Unidades de Serviço Técnico (UST), baseado na mensuração de resultados, apresenta-se como o mais apropriado, por permitir a quantificação objetiva dos serviços prestados, a vinculação do pagamento ao cumprimento de níveis mínimos de serviço e a adequada fiscalização por meio de Ordens de Serviço, em conformidade com o Art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, o Anexo II, Art. 4º, I, do Decreto Municipal nº 78/2025, e as diretrizes do Decreto Federal nº 9.507/2018, alinhando-se às melhores práticas adotadas pela Administração Pública em contratações dessa natureza.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

5.1.1 A presente contratação decorre da crescente complexidade dos processos administrativos desenvolvidos no âmbito do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), bem como da necessidade de adoção de soluções tecnológicas avançadas que assegurem maior eficiência, segurança, rastreabilidade, padronização e conformidade normativa. O cenário atual impõe à Administração Pública desafios relacionados à transformação digital, à governança de dados, à adequação à legislação vigente, especialmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e à modernização contínua dos fluxos internos, exigindo automação de rotinas, integração sistêmica e suporte técnico especializado para garantir a efetividade das atividades institucionais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 5.1.2 O contexto normativo contemporâneo exige da Administração Pública não apenas a observância de princípios constitucionais tradicionais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas também a incorporação de princípios específicos consagrados na Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente o princípio da inovação previsto em seu artigo 11, inciso III. Este princípio não se configura como mera faculdade, mas como dever da Administração em buscar soluções tecnológicas que aprimorem a prestação de serviços públicos e a gestão administrativa.
- 5.1.3 A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) impõe aos órgãos públicos a implementação de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais, garantir direitos dos titulares e demonstrar conformidade mediante accountability. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) exige transparência ativa e passiva, demandando sistemas capazes de disponibilizar informações governamentais de forma tempestiva e estruturada. O Decreto Federal nº 10.046/2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal, serve como referência para estados e municípios na estruturação de suas políticas de dados.
- 5.1.4 Nesse contexto, a utilização de soluções tecnológicas capazes de promover a automatização de processos, o monitoramento inteligente de procedimentos, a orquestração de fluxos administrativos, o tratamento adequado das informações e a implementação de ferramentas avançadas, como Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), Processamento de Linguagem Natural (NLP), Processamento Inteligente de Documentos (IDP) e comunicação automatizada, revela-se indispensável para assegurar agilidade, transparência, eficiência operacional e mitigação de riscos. Tais recursos contribuem diretamente para o aprimoramento da gestão pública, a confiabilidade dos registros administrativos e a elevação do nível de governança e inovação institucional, em consonância com o interesse público e com as diretrizes de transformação digital do Município de Maricá.

5.2 FUNDAMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DE REGISTRO DISTRIBUÍDO (DLT/BLOCKCHAIN)

- 5.2.1 O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.613/2020-Plenário, sob a relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, reconheceu formalmente que a tecnologia blockchain possui potencial transformador para os serviços públicos, destacando suas características de hipertransparência, auditabilidade, integração descentralizada de informações, desintermediação, automação de processos, disponibilidade contínua e integridade das informações. O Tribunal elaborou o Guia de blockchain no Setor Público, estabelecendo framework de decisão para que gestores públicos avaliem a pertinência de adoção dessa tecnologia em suas organizações.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 5.2.2 Posteriormente, no Acórdão nº 2.763/2023, o TCU recomendou expressamente a utilização de inteligência artificial e blockchain pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para acompanhamento das contratações públicas no Portal Nacional de Contratações Públicas. Tais decisões demonstram que o órgão máximo de controle externo não apenas permite, mas recomenda ativamente o uso de blockchain em processos administrativos governamentais.
- 5.2.3 A experiência internacional comprova a maturidade e efetividade da tecnologia. A Estônia utiliza blockchain desde 2008 em seus registros governamentais por meio da tecnologia KSI blockchain, tendo alcançado a marca de noventa e nove por cento dos serviços públicos disponíveis digitalmente. Dubai, por meio da Estratégia blockchain implementada em parceria com a IBM, alcançou em 2024 a meta de migrar as transações governamentais aplicáveis para sistemas baseados em blockchain, abrangendo áreas como transporte, energia, saúde e educação. Singapura desenvolveu soluções como OpenCerts para emissão de certificados acadêmicos digitais, e a Geórgia foi o primeiro país a implementar registro de propriedades imobiliárias em blockchain, reduzindo significativamente fraudes documentais.
- 5.2.4 No Brasil, casos de sucesso comprovam a aplicabilidade da tecnologia. A Prefeitura de São Paulo implementou a plataforma SP156 em blockchain, processando mais de cento e cinquenta mil registros imutáveis mensalmente na gestão de sua ouvidoria municipal. O Ministério das Mulheres utiliza blockchain no Ligue 180 para garantir integridade probatória dos registros de denúncias de violência. O Tribunal de Contas da União e o BNDES criaram a Rede Blockchain Brasil, infraestrutura comum à qual aderiram mais de cinquenta órgãos públicos federais, estaduais e municipais.
- 5.2.5 A aplicação de DLT no contexto do ICTIM permitirá rastreabilidade completa de processos licitatórios com registros imutáveis de todas as fases, gestão automatizada de contratos mediante smart contracts, publicação verificável de atos administrativos, e implementação de identidade digital descentralizada para cidadãos, em conformidade com os padrões de interoperabilidade de governo eletrônico e com as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados.

5.3 FUNDAMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE AUTOMAÇÃO INTELIGENTE

- 5.3.1 O Processamento de Linguagem Natural (NLP) e o Processamento Inteligente de Documentos (IDP) constituem tecnologias maduras amplamente utilizadas por organizações públicas e privadas em todo o mundo. O NLP permite extração automática de entidades, classificação de documentos, análise contextual e sumarização de textos, enquanto o IDP combina reconhecimento óptico de caracteres com inteligência artificial para digitalização, extração e validação estruturada de dados documentais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 5.3.2 A automação de processos mediante chatbots com inteligência artificial, comunicação ativa por voz e orquestração de workflows permite atendimento ininterrupto a cidadãos, notificações proativas sobre serviços públicos e eliminação de tarefas repetitivas, liberando servidores para atividades de maior valor agregado. Tais tecnologias alinham-se à Estratégia de Governo Digital e aos princípios de simplificação, desburocratização e foco no usuário preconizados pelo Decreto Federal nº 10.332/2020.

5.4 JUSTIFICATIVA DA EXECUÇÃO INDIRETA

- 5.4.1 A execução indireta dos serviços mostra-se necessária e adequada, diante da inviabilidade de sua realização integral com recursos próprios do ICTIM, seja pela insuficiência quantitativa de servidores, seja pela inexistência de quadro técnico especializado compatível com a complexidade e a constante evolução das soluções de tecnologia da informação e comunicação. O artigo 18, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, veda a execução direta quando a atividade puder ser executada com maior economia ou eficiência por terceiros, situação que se configura na presente contratação.
- 5.4.2 As tecnologias objeto da contratação requerem conhecimentos altamente especializados em arquitetura de blockchain, criptografia assimétrica, algoritmos de consenso distribuído, engenharia de machine learning, processamento de linguagem natural, ciência de dados, desenvolvimento de smart contracts e orquestração de processos complexos. A formação de equipe com tais competências por meio de concurso público, além de demandar prazo incompatível com a urgência da necessidade, criaria passivo permanente na folha de pagamento sem a flexibilidade necessária para acompanhar a rápida evolução tecnológica característica da área de tecnologia da informação.

5.5 ADEQUAÇÃO DO MODELO DE REMUNERAÇÃO POR UNIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO (UST)

- 5.5.1 O modelo de remuneração por Unidades de Serviço Técnico (UST), baseado na mensuração de resultados, apresenta-se como o mais apropriado, por permitir a quantificação objetiva dos serviços prestados, a vinculação do pagamento ao cumprimento de níveis mínimos de serviço e a adequada fiscalização por meio de Ordens de Serviço, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.
- 5.5.2 O Acórdão TCU nº 1.508/2020-Plenário estabeleceu diretrizes para contratações baseadas em UST, recomendando a elaboração de catálogos de serviços de referência contendo itens tipicamente demandados, com peso em UST e respectiva descrição, além de memória de cálculo que justifique cada serviço. O Acórdão nº 2.037/2019-Plenário complementou tais orientações, alertando para riscos como subjetividade na classificação de serviços, falta de rastreabilidade e ausência de vinculação a resultados.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 5.5.3 Em resposta a tais orientações, a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos expediu a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, estabelecendo o Modelo de Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software, que padroniza a remuneração desses serviços com base em resultados, estabelecimento de níveis mínimos de serviço, adoção de metodologias ágeis e gestão por Ordens de Serviço.
- 5.5.4 A presente contratação adota as salvaguardas recomendadas pelo TCU e pela Portaria SGD/MGI nº 750/2023, incluindo catálogo detalhado de serviços com descrição técnica completa e memória de cálculo de peso em UST, estabelecimento de níveis mínimos de serviço com indicadores objetivos de disponibilidade e tempo de resposta, vinculação do pagamento ao alcance de resultados mensuráveis e não a esforço ou presença física, vedação a classificação de serviços pela contratada, sistema de gestão de Ordens de Serviço com rastreabilidade completa, e previsão de fiscalização por comissão multidisciplinar.
- 5.5.5 A métrica UST apresenta vantagens sobre outros modelos contratuais. Em relação à locação de mão de obra, o foco em resultado elimina riscos trabalhistas associados à subordinação direta e permite flexibilidade na alocação de profissionais pela contratada conforme necessidades do projeto. Em comparação com preço global fechado, a UST oferece adaptabilidade a demandas variáveis, característica essencial em tecnologia da informação, permitindo inclusão de novas demandas sem necessidade de aditivos contratuais e pagamento proporcional ao efetivamente executado. Em relação ao preço unitário por serviço, simplifica a gestão contratual mediante métrica única e facilita comparação entre propostas.

5.6 CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO DE NATUREZA ESPECIAL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.6.1 O objeto caracteriza-se como serviço de natureza especial nos termos do artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 14.133/2021, em razão de sua alta complexidade técnica, heterogeneidade de soluções e dependência de tecnologia sofisticada de domínio restrito. A contratação envolve múltiplas áreas tecnológicas que demandam conhecimentos especializados e admite soluções alternativas com repercussões significativas e mensuráveis sobre qualidade, desempenho, segurança e conformidade.
- 5.6.2 O artigo 34, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o critério de julgamento de técnica e preço será obrigatoriamente adotado na contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica ou técnica. A preponderância da técnica sobre o preço justifica-se porque a qualidade da implementação impacta diretamente a segurança de dados sensíveis de cidadãos, a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, a continuidade operacional de serviços essenciais e a credibilidade institucional.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 5.6.3 O Acórdão TCU nº 2.471/2020-Plenário consignou que a escolha do critério técnica e preço mostra-se adequada quando a qualidade da solução técnica proposta é fator determinante para o sucesso da contratação. No presente caso, soluções de baixa qualidade técnica podem resultar em falhas de segurança com exposição de dados pessoais, indisponibilidade de serviços críticos, necessidade de refazimento do projeto com custos adicionais e comprometimento da credibilidade do ICTIM perante cidadãos e órgãos de controle.

5.7 CONTINUIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E URGÊNCIA

- 5.7.1 A presente contratação visa garantir a continuidade de serviços de governança de TIC atualmente providos através de contratos a encerrar em curto prazo ou já encerrados, responsáveis pela sustentação de infraestrutura de TIC e consultoria tecnológica. A descontinuidade desses serviços tem o potencial de causar paralisia parcial ou total do funcionamento da missão institucional do órgão, em violação ao princípio constitucional da continuidade do serviço público consagrado no artigo 37 da Constituição Federal.
- 5.7.2 O ambiente atual do data center do Município de Maricá apresenta deficiências significativas em relação aos padrões técnicos estabelecidos por normas como a ABNT NBR ISO/IEC 27002 e os critérios do TIER Standard do Uptime Institute. A infraestrutura física caracteriza-se pela falta de controle de acesso apropriado, ausência de climatizadores de precisão, uso de paredes convencionais sem isolamento adequado, inexistência de sistemas de combate a incêndios compatíveis com ambiente tecnológico, ausência de proteção contra desastres naturais e condições inadequadas da rede elétrica com circuitos instáveis.
- 5.7.3 A obsolescência e defasagem dos equipamentos têm impactado de maneira significativa os ativos de redes do data center do município. Segundo as Diretrizes para Contratação de Ativos de TIC do Governo Federal, a vida útil mínima de ativos de rede como switches, roteadores e firewalls é de cinco anos, após os quais fabricantes descontinuem suporte técnico, vulnerabilidades de segurança deixam de receber atualizações e desempenho degradado compromete operações críticas.
- 5.7.4 Todos os serviços essenciais, como sistemas, aplicativos, portais, provimento de acesso à internet, armazenamento de dados, máquinas virtuais, arquivos digitais e conectividade para as secretarias, autarquias, institutos e demais unidades da administração direta e indireta do município de Maricá estão centralizados e dependem exclusivamente da disponibilidade dos equipamentos instalados no data center, sem presença de redundância de infraestrutura e equipamentos que poderiam ampliar a garantia da disponibilidade completa dos serviços de Tecnologia da Informação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

5.8 CONFORMIDADE COM ESTRATÉGIAS NACIONAIS E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 5.8.1 A contratação alinha-se à Estratégia Nacional de Governo Digital estabelecida pelo Decreto Federal nº 10.332/2020, prorrogado pelo Decreto nº 11.362/2023, que preconiza a simplificação de procedimentos mediante automação inteligente, integração de bases de dados governamentais, uso de tecnologias emergentes incluindo inteligência artificial e blockchain, transparência e dados abertos, segurança e privacidade por padrão, e foco em experiência do usuário e entrega de valor público.
- 5.8.2 A implementação de tecnologias de registro distribuído, processamento de linguagem natural, processamento inteligente de documentos e automação de processos contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, especificamente o ODS 9 relacionado a indústria, inovação e infraestrutura, o ODS 11 referente a cidades e comunidades sustentáveis, e o ODS 16 concernente a paz, justiça e instituições eficazes, notadamente quanto a transparência, prestação de contas e combate à corrupção.

5.9 CONCLUSÃO

- 5.9.1 A contratação justifica-se pela convergência de imperativos técnicos, legais e estratégicos que tornam inadiável a modernização tecnológica do ICTIM. A necessidade está comprovada por vulnerabilidades críticas na infraestrutura atual, obsolescência de equipamentos, centralização com ponto único de falha e risco de descontinuidade de serviços essenciais. A inviabilidade de execução direta decorre da insuficiência de servidores e ausência de expertise especializada em tecnologias emergentes de alta complexidade.
- 5.9.2 O modelo de contratação por Unidade de Serviço Técnico mostra-se adequado e está em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União estabelecidas nos Acórdãos nº 1.508/2020-Plenário e nº 2.037/2019-Plenário, bem como com a Portaria SGD/MGI nº 750/2023, que padronizou a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software na administração pública federal. A caracterização como serviço de natureza especial e a adoção do critério de julgamento técnica e preço encontram amparo no artigo 6º, inciso XIV, e no artigo 34, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.9.3 A implementação de tecnologia de registro distribuído está expressamente respaldada pelo Acórdão TCU nº 1.613/2020-Plenário e pelo Acórdão nº 2.763/2023, que reconhecem o potencial transformador da blockchain para serviços públicos e recomendam sua adoção. A experiência internacional em países como Estônia, Dubai, Singapura e Geórgia, bem como casos nacionais de sucesso como SP156, Ligue 180 e Rede Blockchain Brasil, comprovam a maturidade e efetividade da tecnologia.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

5.9.4 A contratação atende ao interesse público primário ao promover eficiência na gestão administrativa, transparência e controle social mediante rastreabilidade completa de processos, segurança da informação em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, inovação tecnológica em cumprimento ao princípio consagrado no artigo 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e continuidade de serviços essenciais em observância ao artigo 37 da Constituição Federal, constituindo medida necessária, adequada e proporcional aos objetivos almejados pela Administração Pública Municipal.

6. QUANTITATIVO PARA CONTRATAÇÃO

6.1 As estimativas das quantidades foram determinadas a partir da avaliação das necessidades do ICTIM, considerando as demandas que serão solicitadas por meio de Ordens de Serviço (OS), bem como os prazos e os percentuais pré-definidos para cada variação de produtos a serem entregues. A metodologia considerou a consolidação de contratos de consultoria em outros órgãos públicos do RJ com demandas similares e a projeção de crescimento de demandas decorrentes de novos projetos.

6.2 Esta abordagem visa possibilitar economia de escala e atender às interdependências com outras contratações, em conformidade com o Art. 18, IV, da Lei nº 14.133/2021 e o Anexo V, Art. 4º, VI, do Decreto Municipal nº 78/2025.

6.3 A tabela a seguir apresenta as quantidades estimadas:

#	CATSER	DESCRIÇÃO	METRICA	QTD
1	27340	Serviço de apoio à Governança de TIC	Unidade de Serviço Técnico	118.000
2	26077	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	Licença/Subscrição	1
3	27090	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	Mensagem/Minuto	50.000
4	27090	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por voz	Licença/Subscrição	1
5	27090	Solução NLP Processamento de Linguagem Natural	Licença/Subscrição	1
6	27090	Solução IDP Processamento Inteligente de Documentos	Licença/Subscrição	100.000
7	27090	Solução para Orquestração de Processos	Licença/Subscrição	1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

7. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

7.1 A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada em estrita observância ao Art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao Art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 78, de 2025, que estabelecem os parâmetros para a pesquisa de preços. A metodologia adotada combinou diferentes fontes e parâmetros de mercado, visando a obtenção de valores compatíveis com a realidade do mercado de tecnologia, especialmente para soluções inovadoras, e assegurando a vantajosidade para a Administração Pública.

7.2 A pesquisa considerou as particularidades de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com foco em inovação tecnológica, as quais consomem significativos serviços especializados, bem como a impossibilidade de referência direta de preços no município de Maricá para algumas das soluções propostas, o que justificou a busca por referenciais em outras esferas da Administração Pública e a projeção de crescimento de demandas.

7.3 As Contratações Similares da Administração foram utilizadas como parâmetro de pesquisa de preços, atendendo ao disposto no inciso II, do Art. 7º, § 2º do Decreto Municipal nº 78/2025.

7.4 A seguir, detalha-se a justificativa dos quantitativos e os preços unitários estimados para cada item da contratação:

7.4.1 Serviço de Apoio à Governança de TIC (Unidade de Serviço Técnico – UST)

Quantitativo Estimado: 118.000 USTs.

Justificativa do Quantitativo: Baseado na projeção de demandas por apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação de tecnologia e processos especiais, conforme histórico e perspectiva de novos projetos do ICTIM, visando economia de escala e atendimento a interdependências.

Preço Unitário Estimado: R\$ 238,73/UST.

Justificativa do Preço: O valor unitário foi obtido mediante ampla pesquisa de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos para serviços de USTs. Foram considerados os valores praticados em contratos de referência, a exemplo de: **a)** PRODERJ Nº 016/2021 (R\$ 499,20/UST); **b)** Ata de Registro de Preços nº 0016/2022 (ORACLE) (R\$ 245,00/UST); **c)** Pregão Eletrônico PE-RP Nº 005/2023 (LGPD) (R\$ 172,00/UST); **d)** Ata de Registro de Preços nº 2024/26940 (RedHat) (R\$ 530,00/UST).

Considerações: É fundamental ressaltar que, conforme Acórdão nº 2037/2019 – TCU-Plenário, a comparação direta de valores de UST entre diferentes órgãos não é totalmente viável devido às especificidades de cada ambiente e características que influenciam diretamente os valores. O preço estimado de R\$ 238,73/UST reflete uma análise ponderada desses referenciais, ajustada à

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

complexidade, especialização e ao contexto de soluções inovadoras e contínuas demandadas pelo ICTIM, bem como a necessidade de garantir a competitividade do certame e a vantajosidade para a Administração. Este valor representa um equilíbrio considerando os diversos serviços e perfis profissionais que compõem a UST para esta contratação específica.

7.4.2 Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído (Licença/Subscrição)

Quantitativo Estimado: 1 unidade (licença/subscrição).

Justificativa do Quantitativo: Refere-se à contratação de uma licença ou subscrição da solução como um todo, para atender às necessidades de gerenciamento, rastreamento, segurança e armazenamento de dados no ambiente do ICTIM.

Preço Unitário Estimado: R\$ 1.500.000,00/unidade.

Justificativa do Preço: O valor foi apurado por meio de pesquisa de mercado focada em soluções de Tecnologia de Registro Distribuído (DLT) de alta performance e segurança, incluindo requisitos específicos como ambiente em nuvem, acesso criptografado, gestão de BPMS, Cloud interno armazenamento ilimitado e capacidade para grandes volumes de dados. A natureza inovadora e especializada desta solução no contexto municipal de Maricá demandou a consulta a provedores de tecnologia e análise de projetos e investimentos de DLT em outras esferas governamentais, como os projetos Ilíada, Rede Blockchain Brasil e Carteira de Identidade Nacional, cujos orçamentos demonstram a relevância e o custo associado a essas tecnologias.

7.4.3 Solução para Chatbot com IA (texto e voz)

Quantitativo Estimado: 50.000 Mensagens/Minuto.

Justificativa do Quantitativo: Estimativa baseada na projeção de interações com o público via canais digitais (web, e-mail, WhatsApp/SMS, voz) e a necessidade de atendimento omnichannel, conforme estudos de demanda e crescimento de serviços digitais.

Preço Unitário Estimado: R\$ 2,50/Mensagem/Minuto.

Justificativa do Preço: Obtido através de pesquisa de mercado para soluções de atendimento omnichannel com Inteligência Artificial (IA), processamento de linguagem natural (NLP) e capacidades de handoff humano. Foram consultadas plataformas de IA e chatbots, considerando as especificidades de atendimento ao cidadão e a integração com outros sistemas, alinhado com projetos de IA em desenvolvimento na Administração Pública.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

7.4.4 Solução para Automação de Estratégias de Comunicação Ativa por Voz

Quantitativo Estimado: 1 unidade (licença/subscrição).

Justificativa do Quantitativo: Contratação de uma licença ou subscrição da solução de automação para orquestração de campanhas de chamadas ativas por voz, abrangendo definição de públicos-alvo, horários ideais, roteiros dinâmicos e regras de priorização.

Preço Unitário Estimado: R\$ 200.000,00/unidade.

Justificativa do Preço: Valor apurado em pesquisa de mercado para soluções de comunicação ativa por voz com automação e IA, considerando a capacidade de personalização por perfil/comportamento, predição e recomendações, baixa latência e respostas em tempo real, essenciais para uma comunicação eficiente e direcionada da Administração Pública.

7.4.5 Solução NLP Processamento de Linguagem Natural (Licença/Subscrição)

Quantitativo Estimado: 1 unidade (licença/subscrição).

Justificativa do Quantitativo: Contratação de uma licença ou subscrição de um motor de Processamento de Linguagem Natural (NLP) que servirá de base para diversas aplicações de automação, incluindo chatbots e análise de texto.

Preço Unitário Estimado: R\$ 280.000,00/unidade.

Justificativa do Preço: O preço foi determinado por pesquisa de mercado para motores de NLP integráveis via API REST, com funcionalidades avançadas como detecção de intenções/entidades, sumarização, análise de sentimento e revisão humana. Considerou-se o custo de soluções que atendam a requisitos de alta performance e integração com o ecossistema tecnológico do ICTIM, em linha com projetos de IA que envolvem processamento textual em larga escala.

7.4.6 Solução IDP Processamento Inteligente de Documentos (Licença/Subscrição)

Quantitativo Estimado: 100.000 unidades.

Justificativa do Quantitativo: Projeção do volume de documentos a serem processados por meio da solução de Processamento Inteligente de Documentos (IDP), considerando a digitalização e automação de fluxos documentais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Preço Unitário Estimado: R\$ 1,50/unidade.

Justificativa do Preço: Valor obtido por pesquisa de mercado para soluções de IDP que incluem OCR, classificação automática, extração estruturada (inclusive tabelas), suporte a manuscrito/baixo DPI, modelos treináveis e pontuação de confiança com fila de validação. O preço por unidade reflete a capacidade de processamento e as funcionalidades de inteligência embarcadas para otimizar a gestão documental.

7.4.7 Solução para Orquestração de Processos (Licença/Subscrição)

Quantitativo Estimado: 1 unidade (licença/subscrição).

Justificativa do Quantitativo: Contratação de uma licença ou subscrição da plataforma de orquestração de processos, que será o motor central para modelagem, gerenciamento e automação dos fluxos de trabalho da Administração Pública.

Preço Unitário Estimado: R\$ 7.745.000,00/unidade.

Justificativa do Preço: O preço foi estabelecido com base em pesquisa de mercado para plataformas de orquestração de processos empresariais que oferecem modelagem avançada, gestão de SLAs, temporizadores, filas, retries/compensações, regras de negócio e escalonamentos, bem como integrações nativas (APIs REST, webhooks, conectores) e interoperabilidade com DLT. A complexidade e o caráter integrador e estratégico desta solução, que visa modernizar e otimizar múltiplos processos administrativos, justificam o investimento, alinhado com o custo de soluções de gestão de processos e automação de grande porte no setor público.

7.5 A Memória de Cálculo detalhada e a Planilha Orçamentária completa, com os preços unitários referenciais e os documentos que lhes dão suporte, conforme o Art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, constituem anexos deste processo administrativo.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

8. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

8.1 A presente contratação será realizada mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), procedimento auxiliar disciplinado pelos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentado no âmbito municipal pelo Decreto nº 937/2022 e alterações (Decretos nº 1.235/2023 e nº 1.340/2024), em observância ao Art. 78, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação da Escolha do SRP:

8.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se nas seguintes razões:

Natureza do Objeto e Imprevisibilidade da Demanda

8.3 O objeto caracteriza-se pela prestação de serviços técnicos especializados de natureza continuada, executados sob demanda mediante Ordens de Serviço (OS), abrangendo serviços mensurados por UST e fornecimento de licenças/subscrições de soluções tecnológicas (DLT, automação, IA, NLP, IDP, orquestração). A imprevisibilidade quanto ao quantitativo exato e ao momento preciso de requisição dos serviços enquadra-se no Art. 82, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza o SRP quando houver imprevisibilidade na demanda.

8.4 Conforme item "3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" deste TR, os serviços atenderão cenários diversos: consultorias especializadas, definição de arquiteturas, migrações de plataformas, projetos de melhoria de níveis de serviço, infraestrutura, análise de dados e apoio à transformação digital, demandando flexibilidade operacional que somente o SRP pode proporcionar.

Economicidade e Vantajosidade

8.5 O SRP propiciará: (a) preços mais competitivos, pois licitantes ofertam valores considerando o volume potencial de contratações; (b) redução de custos administrativos pela centralização em um único certame; (c) economia de escala mediante agregação de demandas de diferentes projetos correlatos (Governo Digital, Portal Maricá Digital, Educação Digital, PDTIC, PTD, e-Cidade, COMAR, Mumbuca, entre outros), em conformidade com Art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021; (d) possibilidade de adesão por outros órgãos municipais (até 50% individual e 100% total dos quantitativos), nos termos dos §§ 6º a 8º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021, disseminando soluções tecnológicas e otimizando recursos públicos.

Continuidade e Agilidade

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 8.6 A Ata de Registro de Preços, definida pelo Art. 82 da Lei nº 14.133/2021 como "documento vinculativo e obrigacional", garante: (a) compromisso dos fornecedores em executar os serviços sempre que convocados; (b) agilidade no atendimento de demandas mediante simples emissão de OS, sem novo procedimento licitatório; (c) previsibilidade orçamentária com preços unitários previamente registrados, facilitando o planejamento financeiro.

Alinhamento Estratégico

- 8.7 O SRP viabiliza a gestão integrada de múltiplos projetos de transformação digital em diferentes estágios de maturidade, permitindo que cada iniciativa acione os serviços conforme necessidades e cronogramas próprios, com uniformidade de preços, condições e padrões de qualidade, em consonância com o PDTIC e PTD do Município.

Conformidade Legal

- 8.8 A adoção do SRP está em plena conformidade com:

- Art. 40, II, Lei nº 14.133/2021: planejamento de compras mediante SRP quando pertinente;
- Art. 82, §5º, Lei nº 14.133/2021: autorização expressa para SRP em serviços;
- Decreto Municipal nº 937/2022 e alterações: regulamentação do SRP no Município;
- Decreto Municipal nº 78/2025: procedimentos de contratação em TIC.

Características da Ata de Registro de Preços

Vigência e Prorrogação

- 8.9 Vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogável por igual período mediante comprovação de vantajosidade dos preços, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 7º, V, do Decreto Municipal nº 937/2022.

Quantitativos Registrados

- 8.10 Faculta-se à Administração contratar quantidades inferiores conforme necessidades e disponibilidade orçamentária, sem imposição de quantitativo mínimo obrigatório, preservando o caráter facultativo do SRP (§1º do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021).

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Limites da Adesão

- 8.11 Adesões por outros órgãos observarão: (a) limite individual de 50% dos quantitativos por órgão aderente; (b) limite global de 100% (dobro dos quantitativos registrados); (c) anuência prévia do ICTIM e do fornecedor; (d) demonstração de vantajosidade, conforme §§ 6º e 7º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 21 do Decreto Municipal nº 937/2022.

Atualização de Valores

- 8.12 Os preços registrados poderão ser: (a) reduzidos quando houver redução no mercado; (b) majorados por desequilíbrio econômico-financeiro comprovado; (c) reajustados após 1 (um) ano, mediante repactuação para serviços de UST (regime de mão de obra) e índice setorial para licenças/subscrições, conforme §§ 7º e 8º do Art. 25 e Art. 85 da Lei nº 14.133/2021.

Gestão da Ata Registro Preços

- 8.13 O ICTIM atuará como órgão gerenciador (Art. 6º, XLVII, Lei nº 14.133/2021), responsável por: conduzir o procedimento licitatório; gerenciar a Ata; realizar pesquisas periódicas de mercado; controlar quantitativos contratados; analisar adesões; revisar e cancelar preços; aplicar penalidades; publicar trimestralmente os quantitativos no sítio oficial.
- 8.14 A fiscalização da execução será realizada por Comissão de Fiscalização (Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Suplente), conforme Art. 60 e seguintes do Decreto Municipal nº 78/2025 e item "10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO" deste TR.

Integração com Instrumentos de Planejamento

- 8.15 A adoção do SRP está alinhada ao Plano de Contratações Anual (Art. 12, VII, Lei nº 14.133/2021), PDTIC, PTD, Portfólio de Projetos de TIC e Leis Orçamentárias, permitindo execução flexível das ações previstas, previsibilidade de custos e ajustes conforme diretrizes estratégicas.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Requisitos de Negócio

9.1.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio, essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) e da Administração Pública Municipal, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP):

- Otimização da Eficiência Operacional e Economicidade;
- Garantia de Segurança e Transparência dos Dados;
- Plena Conformidade Legal e Normativa;
- Modernização e Inovação da Gestão Pública;
- Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Melhoria na Qualidade e Agilidade da Prestação de Serviços Públicos Digitais.

9.2 Requisitos de Capacitação

9.2.1 Para assegurar a efetiva utilização, gestão e fiscalização da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) contratada, a Contratada deverá fornecer capacitação técnica abrangente para os funcionários e agentes públicos do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) indicados pela Contratante. Esta capacitação é essencial para garantir o pleno aproveitamento do investimento e a autonomia do ICTIM na operação e no gerenciamento da solução.

9.2.2 O programa de capacitação deverá contemplar os seguintes aspectos:

- Público-alvo: A capacitação deverá ser direcionada a diferentes perfis de usuários e gestores, incluindo, mas não se limitando a:

Equipe Operacional: Usuários finais da plataforma e das ferramentas de DLT, automação (chatbots, NLP, IDP) e comunicação ativa por voz.

Equipe de Gestão e Fiscalização: Gestores e fiscais do contrato (técnicos e administrativos) que atuarão no acompanhamento da execução, no monitoramento dos níveis de serviço (ANS) e na verificação da conformidade.

Equipe Técnica de Sustentação: Profissionais de TIC do ICTIM que possam necessitar de conhecimento aprofundado para eventuais atividades de sustentação e integração.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- **Conteúdo da Capacitação:** O treinamento deverá cobrir, no mínimo, os seguintes tópicos relevantes para a solução como um todo:

Visão Geral da Solução: Arquitetura, componentes, funcionalidades e benefícios esperados.

Operação das Ferramentas: Utilização prática das funcionalidades da solução DLT, dos chatbots com IA, das ferramentas de NLP e IDP, bem como da plataforma de orquestração de processos.

Configuração e Personalização: Para os perfis técnicos e de gestão, incluir a capacidade de configurar fluxos, regras de negócio, parâmetros de automação e integração, sempre que aplicável.

Monitoramento e Análise: Utilização das interfaces e painéis de controle para monitorar o desempenho, a observabilidade, a segurança da informação e a conformidade da solução.

Segurança da Informação e LGPD: Boas práticas e procedimentos de segurança e privacidade de dados no contexto da solução contratada, conforme a Política de Segurança da Informação do Contratante e a LGPD.

Gestão de Ordens de Serviço (OS): Procedimentos para emissão, acompanhamento e fechamento de OSs relacionadas aos serviços de apoio à governança de TIC.

Procedimentos de Fiscalização: Orientação sobre como utilizar as ferramentas para a fiscalização técnica e administrativa da execução contratual, incluindo a coleta de dados para os indicadores de nível de serviço (ISR e IDA).

- **Duração e Formato:**

O treinamento deverá ter carga horária mínima de 8 horas de duração, a ser definida em conjunto entre a Contratante e a Contratada, de acordo com a complexidade e abrangência de cada módulo ou ferramenta;

Deverá ser ministrado de forma presencial e/ou remota, com aulas expositivas e práticas, utilizando recursos didáticos adequados e material de apoio (apostilas, manuais em português, guias rápidos).

- **Recursos e Suporte:**

A Contratada deverá disponibilizar instrutores qualificados e com conhecimento aprofundado na solução;

Deverá ser emitido certificado de participação para os concluintes, ao final do treinamento,

A Contratada deverá fornecer um ambiente de testes (sandbox) para que os usuários possam praticar e aprimorar seus conhecimentos, quando aplicável.

9.3 Requisitos Legais

9.3.1 O presente processo de contratação está de acordo com a Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

9.4 Requisitos de Manutenção

9.4.1 Dada a natureza contínua e estratégica das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a serem contratadas, que englobam Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), Automação com Inteligência Artificial (chatbots, NLP, IDP) e Orquestração de Processos, torna-se imprescindível a garantia de serviços de manutenção adequados pela Contratada. O objetivo é assegurar a disponibilidade, a performance, a segurança, a conformidade legal e o aperfeiçoamento contínuo das funcionalidades da solução.

9.4.2 A Contratada deverá realizar os seguintes tipos de manutenção, conforme as características da solução:

- **Manutenção Corretiva:**

Descrição: Consiste na correção de falhas, defeitos e anomalias que possam surgir na operação das soluções, visando restaurar sua funcionalidade plena e performance esperada.

Exemplos: Correção de bugs, erros de processamento, falhas na integração de módulos, interrupções inesperadas de serviço.

Nível de Serviço: Deverá ser realizada em conformidade com os Acordos de Níveis de Serviço (ANS) estabelecidos no ANEXO II deste Termo de Referência, especialmente no que tange aos tempos de primeiro atendimento e solução de incidentes, conforme a severidade.

- **Manutenção Preventiva:**

Descrição: Consiste em ações proativas e planejadas para evitar a ocorrência de falhas, degradar o desempenho ou comprometer a segurança e a estabilidade das soluções.

Exemplos: Monitoramento proativo (observabilidade, logs, métricas), otimização de códigos e configurações, verificação de integridade de dados (backups e restaurações), gestão de capacidade e recursos, otimização de ambientes.

- **Manutenção Adaptativa:**

Descrição: Refere-se às modificações necessárias para adaptar as soluções a mudanças no ambiente tecnológico (hardware, software, sistemas operacionais, navegadores, etc.), bem como a alterações em requisitos legais, regulamentares ou normativos, como atualizações na LGPD ou outras políticas de segurança.

Exemplos: Ajustes para compatibilidade com novas versões de sistemas operacionais ou browsers, adequações a novas exigências de segurança ou privacidade de dados, atualizações de APIs de integração externa.

- **Manutenção Evolutiva:**

Descrição: Compreende a implementação de novas funcionalidades, aprimoramento das características existentes e a incorporação de melhorias tecnológicas que agreguem valor à solução e atendam às necessidades emergentes do ICTIM e da Administração Pública.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Exemplos: Desenvolvimento de novos recursos para os chatbots, expansão das capacidades de NLP/IDP, otimização de fluxos na orquestração de processos, melhorias na interface do usuário, integração com novas plataformas/sistemas conforme demanda.

- **Atividades Gerais de Manutenção:**

Sustentação Técnica: Garantia da operação contínua e estável das soluções, incluindo suporte técnico especializado.

Atualização Tecnológica: Implementação de patches de segurança, upgrades de versão e outras atualizações fornecidas pelos fabricantes das tecnologias subjacentes ou da própria solução.

Segurança da Informação: Realização de varreduras de vulnerabilidade, aplicação de correções de segurança e resposta a incidentes de segurança, em conformidade com a Política de Segurança da Informação do Contratante.

Gerenciamento de Backups: Manutenção e verificação de rotinas de backup e planos de recuperação de desastres para as soluções e dados sob sua responsabilidade.

Documentação: Manter atualizada a documentação técnica e de usuário referente às soluções e aos procedimentos de manutenção.

9.4.3 A Contratada deverá detalhar, no plano de trabalho, os procedimentos e a periodicidade das atividades de manutenção preventiva, adaptativa e evolutiva, bem como os mecanismos para solicitação e acompanhamento da manutenção corretiva e evolutiva, sempre em alinhamento com os Acordos de Níveis de Serviço (ANS) definidos.

9.5 Requisitos Temporais

- 9.5.1** Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de **5 (cinco)** dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 9.5.2** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 9.5.3** Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

9.6 Requisitos de Segurança e Privacidade

9.6.1 A contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especialmente no âmbito da Administração Pública, exige o mais elevado padrão de segurança da informação e privacidade dos dados. As soluções de Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), Automação com Inteligência Artificial e Orquestração de Processos, por lidarem com dados sensíveis e processos críticos, devem garantir a proteção, integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações, bem como a estrita conformidade com a legislação vigente e as políticas internas do Contratante.

9.6.2 A Contratada deverá observar integralmente os seguintes requisitos de Segurança e Privacidade:

- **Conformidade Legal e Normativa:**

A solução e todos os serviços prestados deverão estar em total conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), garantindo a proteção dos dados pessoais e sensíveis em todas as fases do tratamento (coleta, armazenamento, processamento, compartilhamento e descarte);

Deverá aderir integralmente aos princípios e procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação (PSI) da Contratante, bem como em outras normas, diretrizes e regulamentações de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública Municipal;

A Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer não conformidades ou incidentes de segurança decorrentes de falhas em suas soluções ou serviços.

- **Confidencialidade e Integridade dos Dados:**

Todos os dados e informações manuseados, transmitidos ou armazenados pela solução e pela Contratada deverão ter sua confidencialidade assegurada, mediante o uso de criptografia robusta para dados sensíveis e em trânsito (ex: HTTPS para comunicação nos endpoints REST);

A integridade dos dados deverá ser garantida por mecanismos que previnam alterações não autorizadas, com especial atenção à imutabilidade e rastreabilidade das transações registradas via DLT, onde cada atualização deverá ter seu hash gerado e armazenado de forma segura e auditável;

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações (inclusive confidenciais e de propriedade intelectual) acessados durante a execução dos serviços, vedada a divulgação, reprodução ou utilização indevida. Para tanto, será exigida a assinatura de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (TCMS) pelo representante legal da Contratada e Termos de Ciência por todos os empregados diretamente envolvidos na contratação.

- **Disponibilidade e Resiliência:**

A solução deverá garantir alta disponibilidade dos serviços e dados, minimizando interrupções;

Deverão ser implementados mecanismos de backup e recuperação de dados eficientes e testados regularmente para garantir a resiliência da solução e a rápida recuperação em caso de falhas ou incidentes

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- **Rastreabilidade e Auditoria:**

A solução deverá prover rastreabilidade ponta a ponta de interações, fluxos e acessos, desde o contato do cidadão até a conclusão do processo, com registros detalhados (logs, métricas, auditoria);

Deverão ser disponibilizadas ferramentas e funcionalidades que permitam a auditoria completa de todas as operações e acessos à solução, de forma a comprovar a conformidade e identificar quaisquer atividades suspeitas.

- **Controle de Acesso:**

O acesso aos dados e funcionalidades da solução deverá ser rigorosamente controlado, baseado em perfis de acesso com privilégios mínimos necessários para a execução das funções (princípio do menor privilégio);

A autenticação de usuários e sistemas (ex: via accessKey e secretKey para endpoints REST) deverá ser robusta, utilizando mecanismos seguros e passíveis de auditoria;

Deverão ser implementados mecanismos de controle de acesso por dispositivos externos e validação multi-sinatária, quando aplicável.

- **Gerenciamento de Vulnerabilidades e Incidentes de Segurança:**

A Contratada deverá possuir e aplicar um plano de gerenciamento de vulnerabilidades, realizando análises e testes periódicos de segurança nas soluções;

Deverá dispor de um plano de resposta a incidentes de segurança, garantindo a notificação imediata ao Contratante e a adoção de medidas corretivas e mitigadoras no menor tempo possível, em conformidade com o Art. 48, da LGPD.

- **Ambiente e Infraestrutura:**

O ambiente de hospedagem da solução (nuvem) deverá ser 100% seguro, preferencialmente com certificações de segurança reconhecidas (ex: ISO/SOC3/TIER2ou3), garantindo a proteção física e lógica dos servidores e dados;

A solução deverá ser operada de forma modular e integrável, mantendo a segurança mesmo em um ambiente complexo de TIC.

9.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

9.7.1 Em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), e das políticas de desenvolvimento sustentável e transformação digital do Município de Maricá, a presente contratação visa promover impactos positivos nas dimensões social, ambiental e cultural. A Contratada deverá, portanto, aderir e contribuir para as seguintes diretrizes:

- **Dimensão Ambiental:**

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Redução do Consumo de Papel: A solução contratada deverá contribuir significativamente para a digitalização de processos e documentos, visando à máxima redução do consumo de papel no âmbito do ICTIM e da Administração Pública Municipal;

Eficiência Energética e Recursos Naturais: A Contratada deverá priorizar e propor, sempre que aplicável e comprovadamente vantajoso, soluções e práticas que demonstrem baixo consumo de energia elétrica, água e outros recursos naturais na operação e manutenção dos sistemas e serviços;

Gestão de Resíduos Eletrônicos (e-lixo): A Contratada deverá adotar e/ou apoiar práticas de descarte correto e reciclagem de equipamentos eletrônicos em desuso, conforme os princípios da logística reversa, contribuindo para a redução do impacto ambiental do lixo tecnológico.

- **Dimensão Social:**

Melhoria na Prestação de Serviços Públicos: A solução deverá otimizar a experiência do cidadão, tornando o acesso aos serviços públicos mais ágil, transparente e facilitado, reduzindo barreiras e a necessidade de deslocamentos físicos;

Inclusão Digital e Capacitação: A Contratada deverá demonstrar compromisso com a promoção da inclusão digital, preferencialmente por meio de ações de capacitação e fomento ao uso de tecnologias pela população, alinhadas a programas municipais como os Espaços Nave e Incubadora de Robótica;

Fortalecimento da Economia Local: A solução poderá, quando oportuno, integrar-se a iniciativas locais que visem o fortalecimento da economia solidária e do comércio local, como a plataforma da Moeda Social Digital Mumbuca;

Transparência e Participação Cidadã: A tecnologia contratada deverá aprimorar a transparência da gestão pública e abrir novos canais para a participação cidadã, fortalecendo o controle social;

Aprimoramento da Segurança Pública e Cidadã: A solução deverá, sempre que pertinente, integrar-se ou aprimorar ferramentas e sistemas voltados à segurança, como o aplicativo SOS nas escolas e o Centro de Operações e Monitoramento (COMAR).

- **Dimensão Cultural:**

Incentivo à Inovação e Conhecimento: A Contratada deverá apoiar a disseminação do conhecimento e da cultura digital, contribuindo para o desenvolvimento de competências tecnológicas no município;

Valorização do Patrimônio: A solução poderá, quando aplicável, ser desenvolvida ou adaptada para auxiliar na gestão, digitalização e preservação de informações relacionadas ao patrimônio cultural do município.

9.7.2 A Contratada deverá comprovar, quando solicitado, a adoção de práticas e políticas de responsabilidade social e ambiental em sua cadeia de valor e em seus processos internos, que sejam compatíveis com o objeto contratado.

9.7.3 Deverá priorizar o uso de materiais e insumos que possuam certificações ambientais ou sociais reconhecidas, sempre que disponíveis, pertinentes ao objeto e sem que isso acarrete ônus excessivo ou restrição indevida à competição.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

9.8 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

9.8.1 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

9.8.2 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

9.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

9.9.1 Os serviços de projeto e implementação da solução deverão observar integralmente as diretrizes e padrões estabelecidos a seguir, visando à construção de uma solução robusta, integrada, segura, escalável e de fácil manutenção, alinhada às melhores práticas de desenvolvimento e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):

- **Arquitetura e Design da Solução:**

Design Modular e Integrável: A solução deverá ser projetada e implementada com arquitetura modular, permitindo que seus componentes (DLT, chatbots, NLP, IDP, orquestração) possam ser operados de forma isolada e/ou integrados entre si e com outros sistemas legados ou futuros do ICTIM.

Arquitetura Orientada a Serviços (SOA/Microserviços): Preferencialmente, a solução deverá adotar princípios de arquitetura orientada a serviços ou microserviços, favorecendo a escalabilidade, resiliência e manutenção independente dos componentes.

Interoperabilidade: A solução deverá prever e implementar mecanismos robustos de integração e interoperabilidade, especialmente entre os módulos de DLT e automação, e com sistemas externos via APIs REST, webhooks e conectores, conforme especificado.

Segurança no Design (Security by Design): As funcionalidades de segurança, privacidade e conformidade (LGPD) deverão ser incorporadas desde as fases iniciais de projeto e design, não sendo tratadas como um adendo posterior.

- **Metodologia de Desenvolvimento e Governança:**

Metodologia Ágil: A Contratada deverá adotar metodologias ágeis de desenvolvimento (ex: Scrum, Kanban), garantindo entregas incrementais, transparência no processo e flexibilidade para adaptações. O processo deve incluir etapas de planejamento, execução, revisão e validação contínuas.

Governança DevOps: Deverá ser implementada uma abordagem de DevOps, incluindo versionamento de fluxos/modelos, gestão de ambientes (desenvolvimento, homologação, produção), esteiras de Integração Contínua/Entrega Contínua (CI/CD) e mecanismos de registro de mudanças e rollback.

Padrões de Qualidade de Código e Documentação: Caso haja desenvolvimento de software, a Contratada deverá seguir padrões de qualidade de código, boas práticas de programação e desenvolver documentação técnica completa e atualizada, incluindo diagramas de arquitetura, manuais de uso e instalação, e especificações de APIs, com exemplos e sandbox para testes.

- **Funcionalidades Específicas de Implementação:**

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

DLT (Distributed Ledger Technology):

A implementação deverá utilizar DLT blockchain r3-crd para gestão de ações/eventos e assinatura eletrônica com validação jurídica (algoritmos Need-to-Know), garantindo capacidade para grandes volumes de dados e arquitetura Multi-Nós blockchain, com camada de consulta ao blockchain.

Automação e IA:

Omnichannel: Implementação de atendimento omnichannel com IA para múltiplos canais (web, e-mail, WhatsApp/SMS, voz), com histórico unificado e handoff para agente humano.

NLP Core: O Core de NLP deverá ser implementado com funcionalidades de detecção de intenções/entidades, sumarização, análise de sentimento, limiares de confiança e revisão humana (human-in-the-loop).

IDP: A solução IDP deverá suportar formatos JPEG, JPG, PNG, PDF, BMP, TIFF, e ser capaz de OCR, classificação automática, extração estruturada (incluindo tabelas), reconhecimento de manuscritos/baixo DPI, com modelos treináveis e pontuação de confiança.

Orquestração: Implementação de motor unificado para orquestração de processos, com modelagem visual, gestão de SLAs, temporizadores, filas, retries/compensações, regras de negócio e escalonamentos.

Segurança e Privacidade Integradas: A criptografia para dados sensíveis e autenticação deverão ser implementadas em todas as camadas da solução, conforme os Requisitos de Segurança e Privacidade.

- **Testes e Validação:**

Deverão ser executados planos de testes rigorosos, abrangendo testes unitários, de integração, de funcionalidade, de performance, de segurança e de aceite do usuário (UAT), garantindo que a solução atenda a todos os requisitos especificados e aos níveis de serviço contratados.

A Contratada deverá fornecer material de apoio e ambiente para a realização dos testes pela equipe do ICTIM.

9.10 Requisitos de Implantação

9.10.1 A implantação da solução e de seus componentes no ambiente de produção do Município deverá seguir um processo estruturado e planejado, garantindo uma transição suave, a operacionalidade plena da solução e a minimização de impactos nos serviços existentes.

9.10.2 Os seguintes requisitos deverão ser integralmente observados pela Contratada durante as fases de implantação, instalação e fornecimento da solução:

- **Plano de Implantação Detalhado:**

A Contratada deverá apresentar, para aprovação do ICTIM, um Plano de Implantação detalhado. Este plano deverá conter, no mínimo:

Cronograma: Datas e prazos para todas as etapas da implantação;

Recursos: Identificação dos recursos humanos, técnicos e de infraestrutura necessários (tanto da Contratada quanto do ICTIM).

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Etapas: Descrição clara das etapas de instalação, configuração, testes, migração de dados (se aplicável), e entrada em produção.

Contingência e Rollback: Planos de contingência e procedimentos de rollback para o caso de falhas críticas durante a implantação.

Checklists: Listas de verificação para cada etapa da implantação.

Critérios de Aceite: Critérios objetivos para o aceite da implantação em ambiente de produção, incluindo testes de funcionalidade, performance e segurança pós-implantação.

- **Preparação de Ambientes:**

A Contratada será responsável por preparar, configurar e testar os ambientes necessários para a implantação da solução, incluindo ambientes de homologação e produção, em alinhamento com a arquitetura tecnológica e as políticas de segurança do Município.

A implantação deverá considerar e respeitar os processos de DevOps e governança da solução, que incluem ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, bem como esteiras de CI/CD para a transição entre eles.

- **Instalação e Configuração:**

A Contratada deverá realizar a instalação completa e a configuração de todos os componentes da solução (DLT, módulos de automação, IA, orquestração), garantindo que todos os parâmetros estejam ajustados para o ambiente do Município.

Isso inclui a configuração de integrações com sistemas existentes, autenticação de usuários, perfis de acesso e todas as configurações relacionadas aos requisitos de segurança e privacidade.

- **Testes Pós-Implantação:**

Após a instalação e configuração em ambiente de produção, a Contratada deverá executar um conjunto de testes de validação para assegurar que a solução esteja operando conforme os requisitos especificados no Termo de Referência e nos Acordos de Níveis de Serviço (ANS).

O ICTIM realizará seus próprios testes de aceite e validação da implantação.

- **Validação e Aceite Formal:**

A implantação será considerada concluída e aceita formalmente pelo ICTIM após a validação bem-sucedida de todos os testes pós-implantação e a emissão do Termo de Aprovação pela Fiscalização do Contrato, conforme os critérios de aceitação do objeto contratual.

Quaisquer pendências ou não conformidades identificadas durante a fase de implantação deverão ser corrigidas pela Contratada em prazo a ser definido, sem ônus adicionais para o Contratante.

- **Disponibilização e Acesso:**

A Contratada deverá garantir que, após o aceite formal da implantação, a solução esteja totalmente disponível e acessível aos usuários autorizados do ICTIM, conforme os mecanismos de acesso e controle de autenticação estabelecidos.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- Documentação de Implantação:
- A Contratada deverá entregar documentação detalhada da implantação, incluindo manuais de configuração, guias de operação para ambiente de produção e procedimentos de troubleshooting para a equipe técnica do ICTIM.

9.11 Requisitos de Garantia e Manutenção

9.11.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

9.12 Requisitos de Experiência Profissional

9.12.1 Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos serviços/produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

9.13 Requisitos de Formação da Equipe

9.13.1 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com o Anexo Catálogo de Serviços no item perfil dos profissionais.

9.14 Requisitos de Metodologia de Trabalho

9.14.1 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

9.14.2 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

9.14.3 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

9.14.4 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

9.15 INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

9.15.1 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maricá/RJ, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.
- 10.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 10.1.3 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 10.1.4 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 10.1.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 11.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 11.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 11.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 11.5 No caso de apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, o prazo deverá ser contado da homologação da licitação, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021. Nas demais modalidades de garantia, deverá o Contrato prever o prazo e o termo início de sua contagem para sua apresentação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

12 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

12.1.1 Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de início;

12.1.2 Cronograma de realização dos serviços e entrega da solução (produto): a execução, além do acima exposto, deverá respeitar o seu respectivo Cronograma e terá como prazo o período de 12 meses a contar da expedição da Ordem de Início dos Serviços, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 Materiais a serem disponibilizados

12.2.1 Para a perfeita execução dos serviços/produtos, a Contratada deverá disponibilizar as soluções de DLT e automação na quantidade estimada e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição se necessário.

12.3 Procedimentos de transição e finalização do contrato

12.3.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

12.4 Ordens de Serviço

12.4.1 Após a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio, consultoria, assessorias, auditorias, perícias, vistorias e sustentação à governança de tecnologia e processos, contemplando atendimento de demandas recorrentes e sob demanda para a infraestrutura e a comunicação da administração pública com solução DLT, automação de processos e ações proativas, preventivas, preditivas e corretivas por um período de 12 (doze) meses, voltados ao desenvolvimento do município de Maricá/RJ, no âmbito do instituto de ciência, tecnologia e inovação de maricá (ICTIM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, o gestor do contrato será responsável por emitir as Ordens de Serviços (OSs) conforme necessidade do contratante para o desenvolvimento de suas atividades.

12.4.2 As Ordens de Serviços – OS deverão conter no mínimo:

- Objeto da OS
- Justificativa

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- Definição dos Produtos/Serviços
- Prazo de Execução da OS
- Planilha de Quantidades e Preços
- Cronograma Físico-Financeiro
- Data e Assinatura do Contratante e do Contratado

12.4.3 Cumpre ressaltar que os serviços de Apoio à Gestão comporão a primeira OS do contrato, em conformidade com a Planilha de Quantidades e Preços e seu respectivo cronograma físico-financeiro.

13 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3As comunicações entre o ICTIM e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4O ICTIM poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ao ICTIM poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6Fiscalização

13.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

13.7Fiscalização Técnica

- 13.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25);
- 13.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25);
- 13.7.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25);
- 13.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25);
- 13.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25);
- 13.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

13.8Fiscalização Administrativa

- 13.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

13.9Gestor do Contrato

- 13.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).
- 13.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

14 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 14.1 Trata-se de uma contratação sob o regime de execução direta de “Empreitada por Preço Global”, que tem como vantagens (i) a simplicidade nas medições (por ser a cada produto entregue), (ii) o menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço, (iii) o valor final do contrato ser, em princípio, fixo, (iv) restringir os pleitos do contratado à assinatura de aditivos e (v) o incentivo ao cumprimento de prazos, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa.
- 14.2 O ICTIM, conforme a necessidade, emitirá Ordem de Serviço (OS) para o desenvolvimento das atividades previstas no certame, essas OSs serão aprovadas pelas partes quanto à definição dos recursos e prazos necessários ao desenvolvimento dos serviços demandados.
- 14.3 Deste modo, as medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços e autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, obedecendo aos quantitativos de serviços realmente executados pela Contratada, de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OSs) onde estarão especificados os recursos humanos, o serviço descrito no catálogo de serviços e a quantidade total de USTs referente a cada serviço em consonância com o termo de referência - TR e a planilha de quantidades e preços.
- 14.4 Os critérios de medição específicos para o objeto, serão estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme complexidade prevista no termo de referência - TR.
- 14.5 Os serviços serão medidos mensalmente, conforme seu respectivo cronograma físico-financeiro.
- 14.6 Os produtos relativos a cada Ordem de Serviço (OS) só serão considerados entregues à Comissão de Fiscalização se contiverem todo o conteúdo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço (OS).
- 14.7 No final de cada mês será processado o Boletim de Medição, considerando os serviços/produtos entregues de cada ordem de serviço ao longo do mês recorrente, além do produto referente ao Apoio a Gestão.
- 14.8 Desta forma, as medições serão autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, e os pagamentos serão realizados de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OS) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

15 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

- 15.1 Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.
- 15.2 Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá formalizar a entrega do produto à Fiscalização, em (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.
- 15.3 A formalização da entrega do produto à Fiscalização ora estabelecida fora do prazo previsto na respectiva Ordem de Serviço (OS) caracterizará atraso, sujeitando a Contratada as penalidades cabíveis.
- 15.4 Constatada a condição de conclusão do objeto, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 15.5 Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a Fiscalização formalizará junto à Contratada o Relatório de Análise indicando as pendências os ajustes necessários, os quais deverão ser realizados no prazo de 10 (dez) dias.
- 15.6 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará nova formalização da entrega do produto à Fiscalização, em 1 (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.
- 15.7 Constatada a conclusão das pendências na nova análise, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 15.8 Após a emissão do Termo de Aprovação, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

16 FORMA DE PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 16.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 16.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

16.5 O pagamento deverá ser efetuado até o 30º (trigésimo) dia contado a partir do adimplemento de cada parcela, como forma de permitir o cálculo de multa por atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

16.6 Nos casos de eventuais atrasos no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,05% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do a do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

16.7 Na eventualidade de ocorrer antecipação no pagamento, de acordo com a legislação vigente, o valor sofrerá deflação financeira, à taxa de 0,05 % ao mês, calculado pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data de adimplemento da parcela.

17 DO RECEBIMENTO

17.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

17.4 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

17.5 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

17.6 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

17.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

17.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.9 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.10 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias e prorrogáveis por 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da notificação formal da Fiscalização objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.11 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

17.12 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.13 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.14 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.15 Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

17.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 60 e 61 do Decreto Municipal nº 78/25).

17.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 17.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 17.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 17.16 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 17.17 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 17.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18 Liquidação

- 18.1 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.1.1 o prazo de validade;
- 18.1.2 a data da emissão;
- 18.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.1.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 18.1.5 o valor a pagar; e
- 18.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

18.5 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

19 Prazo de pagamento

19.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

19.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

20 Reajuste

20.1 Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Os preços serão reajustados e acordo com a variação de _____, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - Io) / Io]$$

Onde:

R = Valor do reajuste;

I = Índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato

Io = Índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação proposta

Po = Preço unitário contratual objeto do reajuste

20.2 A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

20.3 No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

20.4 Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

20.5 Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

20.6 Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

21 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

21.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

21.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, Critério de Julgamento será técnica e preço no modo de disputa fechado, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

21.3 Regime de execução:

21.3.1 O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

21.4 Critérios de julgamento das propostas

21.4.1 Deverão ser julgados na PROPOSTA TÉCNICA quesitos detalhados a seguir:

#	DISCRIMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO	MÁXIMA DE PONTOS
N1	CONHECIMENTOS DOS SERVIÇOS E SOLUÇÃO NO TR	20
N2	METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO	16
N3	EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE	54
TOTAL		90

N1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA – 20 PONTOS

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Item	Discriminação da pontuação	Ruim	Bom	Ótimo	Máxima de pontos
N1.1	Conhecimento geral do objeto deste certame e das atividades a serem executadas	0	2	4	4
N1.2	Conhecimento das atividades a serem prestadas, voltados ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá/RJ	0	2	4	4
N1.3	Conhecimento da solução DLT que será implementada, voltado ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá /RJ	0	2	4	4
N1.4	Conhecimento das soluções de automação que serão implementadas, voltado ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá /RJ	0	2	4	4
N1.5	Aspectos relevantes a considerar no desenvolvimento do trabalho: descrição, de forma abrangente, de todos os aspectos considerados relevantes, problemas potenciais e possíveis soluções	0	2	4	4

N2 - METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO – 16 PONTOS

Item	Discriminação da pontuação	Ruim	Bom	Ótimo	Máxima de pontos
N2.1	Descrição das atividades, tarefas e solução a serem desenvolvidos na execução dos serviços.	0	2	4	4
N2.2	Estrutura organizacional proposta para a execução dos serviços, responsabilidades das equipes e fluxograma das atividades a serem desenvolvidas.	0	2	4	4
N2.3	Cronograma geral e específico das fases dos serviços, indicando em cada fase, o período total e o período de cada uma das atividades que as compõem.	0	2	4	4
N2.4	Descrição das técnicas e métodos aplicáveis ao desenvolvimento das atividades.	0	2	4	4

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3 – EXPERTISE DA EMPRESA LICITANTE – 54 PONTOS

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
BLOCO A – BPM / WORKFLOW / KANBAN					
N3.1	Permite criar fluxos de processo detalhados	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.2	Permitir gerenciar fluxos				1
N3.3	Criação de novas etapas pelo administrador do fluxo				1
N3.4	Configurar quais usuários irão iniciar processos no fluxo a ser configurado				1
N3.5	Configurar fluxo para outros usuários gerenciar além do criador do fluxo.				1
N3.6	Definição de responsáveis para cada etapa do fluxo.				1
N3.7	Configurar formulário inicial para a etapa inicial do fluxo				1
N3.8	Configurar formulário para cada etapa caso precise.				1
N3.9	Evolução automática de um card de processo com aceite.				1
N3.10	Devolução automática de um card de processo com ação de devolução.				1
N3.11	Permitir configurar o formulário com campos do tipo Texto, Área de Texto, Número, Data, Anexo de arquivos e Anexo para assinatura.				1
N3.12	Configurar assinatura a partir de um campo do formulário do tipo anexo assinatura.				1
N3.13	Evolução automática ao concluir todo o processo de assinatura.				1
N3.14	Configurações de SLA na etapa.				1
N3.15	Visão KanBam via plataforma DLT				1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
N3.16	Visão de histórico das atividades dentro do fluxo.				1
N3.17	Visualização de documentos diretamente da visão da atividade na tela de kanban.				1
N3.18	Criação de departamentos e edição de departamentos.				1
BLOCO B – GESTÃO DOCUMENTAL, SEGURANÇA E JURÍDICO					
N3.20	Armazenamento seguro e compartilhamento	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.21	Validação jurídica multi-signatária				1
N3.22	Garantia de privacidade e segurança de dados				1
BLOCO C – BLOCKCHAIN E CONTRATOS INTELIGENTES					
N3.23	Permitir o cadastro de uma nova rede	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.24	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher mais de um contrato.				1
N3.25	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher um servidor.				1
N3.26	Permitir cadastro de contratos inteligentes				1
N3.27	No cadastro do contrato é possível colocar campos com tipo Texto, Número, Boleano, Data e Hora.				1
N3.28	No cadastro do contrato é possível adicionar mais de um fluxo e selecionar os campos cadastrados anteriormente.				1
N3.29	Gerar accessKey e secretKey ao criar a rede.				1
N3.30	Interface da plataforma DLT				1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
N3.31	Consulta a dados registrados				1
N3.32	Criptografia e hash por atualização				1
BLOCO D – APIs, SEGURANÇA E PERFORMANCE					
N3.33	Endpoints REST por fluxo	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.34	Endpoints de execução				1
N3.35	Interface da Plataforma DLT				1
N3.36	Autenticação por chaves				1
N3.37	Controle de acesso por rota				1
N3.38	Tela de gestão de permissões				1
N3.39	Utilizar HTTPS para proteger a comunicação nos endpoints REST.				1
N3.40	Garantir que os endpoints REST respondam em um tempo médio abaixo de 2 segundos.				1
BLOCO E – CHATBOTS E IA CONVERSACIONAL					
N3.41	Chatbots com respostas contextuais com NLP, direcionamento ao serviço adequado e histórico para aprendizado.	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.42	Chatbots com resumo automático por atendimento.				1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

N3	Discriminação da pontuação	Evidência Aceita	Documentação	Avaliação	Pontuação Máxima
N3.43	Chatbots de voz para chamadas receptivas com IA/NLP, entendimento de contexto e aprendizado contínuo.				1
N3.44	Chatbots de voz com personalização por perfil/comportamento, predição e recomendações, baixa latência e respostas em tempo real.				1
N3.45	Chatbots com integração com Núcleo de NLP.				1
N3.46	Orquestração de campanhas de chamadas ativas por voz para definir públicos-alvo, horários ideais, roteiros dinâmicos e regras de priorização.				1
N3.47	Motor de NLP integrável via API REST.				1
BLOCO F – IDP / OCR					
N3.48	IDP com suporte a formatos JPEG, JPG, PNG, PDF, BMP e TIFF, leitura com ruídos e baixo DPI.	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.49	IDP com classificação automática com score de confiança.				1
N3.50	IDP com reconhecimento de texto impresso e manuscrito (impresso/cursivo).				1
N3.51	IDP com reconhecimento de formulários e exportação estruturada em JSON.				1
BLOCO G – AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA					
N3.52	Motor unificado para automação de processos.	Atestado Técnico / Manual / Evidência visual			1
N3.53	Gestão de automações construídas em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).				1
N3.54	Validação de segurança com IA dos pacotes de automações construídos em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).				1

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

21.5A Nota Técnica Final (NT) de cada licitante será a soma das pontuações obtidas para os itens: Conhecimento Técnico (N1), Metodologia e Plano de Trabalho (N2), Experiência da Empresa (N3), sendo desclassificados os licitantes que obtiverem nota inferior a 65,00 (sessenta e cinco) pontos.

$$\text{NOTA TÉCNICA FINAL} = \text{N1} + \text{N2} + \text{N3}$$

21.6A Nota de Preço será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{NP} = 100 - ((\text{P0} - \text{Pm}) / (\text{Ve} - \text{Pm})) \times 20$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado;

Po = Preço ofertado pela Licitante; e

Pm = Preço mínimo ofertado.

21.7O JULGAMENTO FINAL obedecerá ao procedimento do tipo "Técnica e Preço", conforme o parágrafo 2º, do artigo 36, da Lei nº 14.133, de 2021, e será vencedora a proposta que, atendendo a todas as condições do Edital e seus componentes, obtiver a maior NOTA FINAL (NF) conforme a fórmula estabelecida a seguir:

$$\text{NF} = (0,7 \times \text{NT}) + (0,3 \times \text{NP})$$

Onde:

NF - Nota Final da licitante

NT - Nota da Proposta Técnica da licitante

NP - Nota da Proposta de Preço Final da licitante

21.8 O fator de ponderação relativo à proposta técnica será limitado a 70% (setenta por cento), conforme ART.15 e 16 PARÁGRAFO ÚNICO DECRETO 922/2022.

Observações:

A Nota Final (NF) será calculada com duas casas decimais, sem arredondamentos, sendo desprezadas as demais casas.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

21.9 Exigências de habilitação:

21.9.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

21.10 Habilitação Jurídica

21.10.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

21.10.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.10.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

21.10.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.10.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

21.10.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.10.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

21.10.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

21.10.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

21.11 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 21.11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 21.11.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 21.11.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 21.11.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 21.11.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 21.11.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 21.11.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 21.11.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

21.12 Qualificação Econômico-Financeira

- 21.12.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 21.12.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 21.12.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

21.12.4As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

21.12.5Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

21.12.6Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

21.12.7Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

21.12.8As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.12.9O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

21.13 Qualificação Técnica para Habilitação

21.13.1Apresentar O(s) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviços executados em contratos ativos, devem ser com pelo menos 12 (doze) meses do início da sua execução com relação à data publicação deste instrumento.

21.13.2 Somente serão aceitos atestado(s) de capacidade técnica, expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 12 (doze) meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

21.13.3 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem os itens abaixo:

21.13.4 Prestação de serviço de natureza pertinente e compatível com o objeto, em um único contrato, com pelo menos 15% (quinze), em 12 meses, do total das unidades de USTs previstas neste documento, percentual esse que visa mitigar os riscos de inexecução contratual por empresa que não possua capacidade operacional compatível com a demanda total da ata de registro, em seus diversos contratos a serem firmados;

21.13.5 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que as soluções de DLT com no mínimo: 490.000 transações por ano.

21.13.6 Para efeitos de comprovação, será aceito atestado expresso em UST (Unidades de Serviços Técnicos), ou HST (Hora de Serviço Técnico), onde será utilizada a conversão de 1 (uma) Hora de Serviço Técnico

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

(HST) equivalente a 1 (uma) Unidade de Serviço Técnico (UST). Não serão aceitas outras métricas além das citadas neste item.

21.13.7 Será aceito a soma de atestados de contratos distintos de períodos concomitantes, desde que aderentes aos requisitos aqui estabelecidos.

21.13.8 A comprovação de que o(s) profissional(is) mencionado(s) pertence(m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, ou contrato de prestação de serviços.

21.13.9 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) recebida(s) estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

22 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO OS VALORES

22.1 Os custos envolvidos na contratação pretendida abrangem a prestação de serviços de apoio à Governança de TIC, contemplando atendimento de demandas para suporte tecnológico e sustentação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do ICTIM e da Administração Pública de Maricá.

22.2 O valor total estimado para a contratação é de R\$ 38.170.140,00 (trinta e oito milhões, cento e setenta mil, cento e quarenta reais):

ID	ITEM	UNIDADE	QTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Serviço de apoio à Governança de TIC	UST	118.000	R\$ 238,73	R\$ 28.170.140,00
2	Solução DLT Tecnologia de Registro Distribuído	Licença / Subscrição	1	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
3	Solução para chatbot com IA (texto e voz)	Mensagem/ Minuto	50.000	R\$ 2,50	R\$ 125.000,00
4	Solução para automação de estratégias de comunicação ativa por voz	Licença / Subscrição	1	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
5	Solução NLP Processamento de Linguagem Natural	Licença / Subscrição	1	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
6	Solução IDP Processamento Inteligente de Documentos	Licença / Subscrição	100.000	R\$ 1,50	R\$ 150.000,00
7	Solução para Orquestração de Processos	Licença / Subscrição	1	R\$ 7.745.000,00	R\$ 7.745.000,00

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

VALOR TOTAL	R\$ 38.170.140,00
--------------------	--------------------------

22.3 Esta estimativa foi elaborada com base em ampla pesquisa de mercado, considerando os valores praticados por outros órgãos públicos em contratos similares e as particularidades da inovação tecnológica que consomem significativos serviços de tecnologia. A Memória de Cálculo detalhada e a Planilha Orçamentária completa, com os preços unitários referenciais e os documentos que lhes dão suporte, conforme o Art. 23, da Lei nº 14.133/2021, e o Anexo II, Art. 4º, VI, do Decreto Municipal nº 78/2025, constituem parte integrante deste processo. A impossibilidade de referência direta no município de Maricá, por se tratar de soluções inovadoras, justificou a busca por referenciais em outras esferas e a projeção de crescimento de demandas.

22.4 Estão incluídos no valor total estimado dos serviços: tributos, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços.

22.5 Os custos estão estimados para a execução dos serviços pelo período inicial de 12 meses, a contar da expedição da Ordem de Início dos Serviços, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado à sua duração máxima a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do Art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

23 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste órgão público:

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS
9401	04.122.0095.2410	3.33.90.40	1704

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas.

24.2 Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

24.2.1 Advertência;

24.2.2 Multa;

24.2.3 Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

24.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

25 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições ajustadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do CONTRATO no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

26 DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

26.2 No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não a prestação dos serviços.

26.3 É vedado à CONTRATADA veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

27 DO FORO

27.1 Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Referência, bem como do Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Maricá, 26 de janeiro de 2026.

**Leandro Pereira de Oliveira
Assessor Especial – 01
Matricula 1.300.100**

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO IV – ROTEIRO DO TESTE DE BANCADA (PROVA DE CONCEITO)

1. TESTE DE BANCADA

- 1.1. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, exigir a realização do Teste de Bancada, com a finalidade de validar o desempenho, a aderência funcional, a compatibilidade técnica e a conformidade regulatória das soluções e serviços ofertados, frente às necessidades operacionais, normativas e estratégicas da instituição.
- 1.2. Concluída a etapa de habilitação e definição da vencedora, será exigido teste de bancada do licitante classificado em primeiro lugar.
- 1.3. Teste de Bancada tem por objetivo a comprovação de que a solução ofertada pelo licitante arrematante é compatível com as exigências técnicas necessárias e prescritas para este objeto, trazendo:
 - 1.3.1. Avaliação Objetiva da Capacidade Técnica: A etapa técnica é crucial o TB / PoC permite avaliar de forma prática e objetiva se as soluções propostas pelos licitantes realmente atendem aos requisitos técnicos especificados no edital. Isso vai além da análise documental e das declarações dos licitantes.
 - 1.3.2. Verificação da Funcionalidade e Desempenho: O TB / PoC permite testar a funcionalidade, o desempenho, a usabilidade e a compatibilidade da solução em um ambiente controlado, simulando, se possível, as condições reais de uso. Isso ajuda a identificar soluções que, embora teoricamente adequadas, podem apresentar problemas práticos.
 - 1.3.3. Redução de Riscos: Ao testar as soluções antes da decisão final, a administração pública reduz significativamente os riscos de contratar uma solução que não atenda às suas necessidades, que apresente falhas ou que seja difícil de implementar e operar.
 - 1.3.4. Comparação Direta entre Soluções: O TB / PoC, quando realizado de forma padronizada para todos os licitantes classificados na etapa técnica, permite uma comparação direta e justa das diferentes soluções propostas, facilitando a escolha da melhor opção em termos técnicos.
 - 1.3.5. Alinhamento com as Necessidades Reais: O teste prático pode revelar nuances e detalhes que não foram totalmente explicitados no edital, permitindo que a administração pública refine sua compreensão das soluções e escolha aquela que melhor se alinha às suas necessidades reais.
 - 1.3.6. Base Sólida para a Avaliação Técnica: Os resultados do TB / PoC fornecem uma base empírica e objetiva para a atribuição de notas na etapa técnica, tornando o processo de avaliação mais transparente e justificável.
 - 1.3.7. Incentivo à Inovação e Qualidade: Saber que suas soluções serão submetidas a testes práticos incentiva os licitantes a oferecerem propostas mais robustas, inovadoras e de alta qualidade.
 - 1.3.8. Melhor Compreensão da Solução pelo Licitante: O TB / PoC também é benéfico para o licitante, pois permite demonstrar na prática o valor e os diferenciais de sua solução, além de identificar possíveis ajustes ou melhorias.
- 1.4. O teste de bancada será exigido para demonstração da funcionalidade e viabilidade da solução DLT.
- 1.5. O teste de bancada deverá ser realizado objetivando conferir funcionalidades tanto local quanto remota.
- 1.6. O licitante arrematante será convocado, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas para reunião (virtual), onde serão definidas as tratativas para definição do ambiente de teste.
- 1.7. Na reunião o licitante deverá entregar os documentos oficiais da solução que permitam comprovar o atendimento aos requisitos técnicos constantes neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação no caso do não envio da documentação dos produtos, necessária para avaliar se os

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

produtos ofertados possuem os recursos necessários ao atendimento dos requisitos técnicos especificados.

- 1.8. O teste de bancada da solução será realizado no ambiente do ICTIM, no horário a ser acertado em reunião.
- 1.9. O arrematante deverá informar todos os requisitos necessários para a instalação do ambiente de teste.
- 1.10. O LICITANTE deverá disponibilizar os técnicos necessários pela instalação das soluções no ambiente teste, caso necessário.
- 1.11. A disponibilização dos hardwares e softwares, bem como todo material necessário à realização do teste de bancada são de inteira responsabilidade da proponente.
- 1.12. O ICTIM, por meio da Comissão Permanente de Licitação (Pregoeiro), dará publicidade, através do chat de mensagens do portal de compras, da data de realização do teste que deverá ocorrer no prazo de até 5 dias após a realização da reunião.
- 1.13. O LICITANTE terá até as 17h do dia anterior ao da realização do teste para providenciar a instalação do ambiente nas condições definidas na reunião.
- 1.14. O prazo de até 5 dias, poderá ser prorrogado por igual período, mediante requisição fundamentada do LICITANTE, mantida a mesma regra de limite para a instalação do ambiente.
- 1.15. O teste de bancada será realizado entre 10:00 e 16:00 horas (horário de Brasília).
- 1.16. Os custos para realização do teste de bancada são de responsabilidade do LICITANTE e em hipótese alguma caberá qualquer tipo de indenização.
- 1.17. Os demais licitantes que tenham participado da etapa competitiva e desejem acompanhar a sessão, poderão indicar um representante para acompanhamento, devendo para tanto enviar para o e-mail da Comissão Permanente de Licitação (licitacoes@ictim.rj.gov.br) até as 16hs do dia que anteceder a sessão de teste. No e-mail deverão constar: dados da empresa interessada (nome e contato), de seu representante (nome e contato) para o devido credenciamento.
- 1.18. No dia de realização do teste, o licitante que será avaliado, bem como os demais interessados em acompanhar, deverão chegar ao local indicado com antecedência mínima de 30 minutos.
- 1.19. Na sessão de teste de bancada, a equipe técnica do ICTIM considerará apto o sistema que atender os requisitos conforme descrito neste Termo de Referência, onde cada item deverá ser preenchido, observados os critérios "atende" ou "não atende".
- 1.20. Ao término do teste de bancada será emitido um atestado de aceitação, que atestará se o software cumpre os requisitos técnicos necessários.
- 1.21. Durante o teste de bancada poderá ser feito questionamento, exclusivamente pelos representantes e equipe técnica do ICTIM à proponente permitindo a verificação dos requisitos estabelecidos.
- 1.22. Ao final do teste de bancada a Comissão Técnica emitirá relatório sucinto, descrevendo os testes realizados e a conclusão sobre a aprovação da proposta ou desclassificação.
- 1.23. Para a equipe técnica considerar o sistema apto a ser contratado pela administração, todos os requisitos de soluções tecnológicas que constam no presente estudo e seu anexo de especificações técnicas, deverão ser considerados ATENDIDOS.
- 1.24. Será desclassificada a licitante que for convocada para o teste de bancada e não demonstrar a compatibilidade de seu produto conforme as especificações técnicas exigidas ou não comparecer no dia marcado sob qualquer pretexto.
- 1.25. Em caso de desclassificação no teste de bancada deverá ser convocada a próxima proponente na ordem de classificação, resguardadas todas as condições e prazos previstos neste tópico.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

- 1.26. As especificações detalhadas do roteiro para teste de bancada referente à solução DLT discriminada neste Termo de Referência.

2. PROVA DE CONCEITO – TESTE DE BANCADA

2.1. A Prova de Conceito consistirá em:

- 2.1.1. Demonstração das funcionalidades descritas no roteiro para teste de bancada, constantes neste documento.
- 2.1.2. Uma lista de checagem para fins de comprovação de atendimento a 100% (cem por cento) das especificações e funcionalidades definidas neste Termo de Referência para o teste de bancada (ou prova de conceito - POC).


3. PREPARAÇÃO

- 3.1. A Licitante deverá preparar o ambiente de infraestrutura conforme exigido no Edital para a solução de SOC. Sendo que esta base deverá ser validada pelo Contratante no início da apresentação teste de bancada (ou prova de conceito - POC).
- 3.2. A Licitante deverá documentar e descrever a arquitetura utilizada na solução para ser anexa ao processo.
- 3.3. Visando a conformidade do ambiente para o teste de bancada (ou prova de conceito - POC), após a preparação do ambiente de infraestrutura, a Licitante deverá assinar um Termo de Aceite de Disponibilização do ambiente do teste de bancada (ou prova de conceito – POC), bem como o descritivo da arquitetura utilizada, conforme Edital, deverá ser assinado pelo Licitante Vencedor antes do início do teste de bancada (ou prova de conceito – POC).
- 3.4. Todos os representantes dos fornecedores (licitantes que participaram do certame (um representante por licitante), que participarão do teste de bancada (ou prova de conceito – POC), deverão assinar um Termo de Aceite de Gravação e Filmagem. Não poderão participar observadores que não sejam participantes do processo.
- 3.5. Para a Licitante vencedora que irá apresentar e acompanhar o teste de bancada (ou prova de conceito – POC), poderá ter no máximo 2 representantes com vínculo com a empresa para realização do teste de bancada (ou prova de conceito – POC) e demonstração.
- 3.6. A filmagem do teste de bancada (ou prova de conceito – POC) deverá captar todo ambiente, focando, principalmente, a execução dos trabalhos e seus colaboradores da licitante vencedora da fase de concorrência e os demais colaboradores das empresas participantes do processo, somente para o dia de execução da prova de conceito, garantindo a confidencialidade de suas identidades, não podendo ser divulgada nenhuma informação que for captada pelas câmeras.
- 3.7. Os registros ficarão somente a cargo do contratante.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

4. ROTEIRO PARA ANÁLISE DA AMOSTRA DO SERVIÇO DA SOLUÇÃO

TESTE DE BANCADA – SOLUÇÃO DLT		
ETAPAS	PRAZOS	LOCAL
1 - Convocação do licitante reunião de preparação “teste de bancada” e entrega de documentos	Prazo máximo de até 72 horas	Virtual
2 - Realização do teste de bancada dos Sistemas e Dados	Prazo máximo de até 5 dias após a reunião com o licitante	Sede do ICTIM – 10:00h as 18:00h

	REQUISITOS FUNCIONAIS			
	SOLUÇÕES DE DLT E AUTOMAÇÃO			
	Requisitos de avaliação do teste de bancada (ou prova de conceito - POC), detalhado e com indicação da forma de comprovação			
ITEM	REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO	ATENDE		EVIDÊNCIA PARA COMPROVAÇÃO
#		SIM	NÃO	
1	Permite criar fluxos de processo detalhados			
2	Permitir gerenciar fluxos			
3	Criação de novas etapas pelo administrador do fluxo			
4	Configurar quais usuários irão iniciar processos no fluxo a ser configurado			
5	Configurar fluxo para outros usuários gerenciar além do criador do fluxo.			
6	Definição de responsáveis para cada etapa do fluxo.			
7	Configurar formulário inicial para a etapa inicial do fluxo			
8	Configurar formulário para cada etapa caso precise.			
9	Evolução automática de um card de processo com aceite.			
10	Devolução automática de um card de processo com ação de devolução.			
11	Permitir configurar o formulário com campos do tipo Texto, Área de Texto,			

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

	Número, Data, Anexo de arquivos e Anexo para assinatura.			
12	Configurar assinatura a partir de um campo do formulário do tipo anexo assinatura.			
13	Evolução automática ao concluir todo o processo de assinatura.			
14	Configurações de SLA na etapa.			
15	Visão KanBam via plataforma ABA blockchain			
16	Visão de histórico das atividades dentro do fluxo.			
17	Visualização de documentos diretamente da visão da atividade na tela de kanban.			
18	Criação de departamentos e edição de departamentos.			
19	Configuração de alertas e notificações por e-mails.			
20	Armazenamento seguro e compartilhamento			
21	Validação jurídica multi-signatária			
22	Garantia de privacidade e segurança de dados			
23	Permitir o cadastro de uma nova rede			
24	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher mais de um contrato.			
25	No cadastro de uma nova rede, permitir escolher um servidor.			
26	Permitir cadastro de contratos inteligentes			
27	No cadastro do contrato é possível colocar campos com tipo Texto, Número, Boleano, Data e Hora.			
28	No cadastro do contrato é possível adicionar mais de um fluxo e selecionar os campos cadastrados anteriormente.			
29	Gerar accessKey e secretKey ao criar a rede.			
30	Gerar endpoints REST com base nos fluxos definidos.			

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

31	Disponibilizar endpoints de consultas.			
32	Disponibilizar endpoints para execução de fluxos (ex.: /assinar).			
33	Exigir autenticação com accessKey e secretKey para acessar os endpoints REST.			
34	Permitir configurar contas para acessar rotas selecionadas.			
35	Interface da Plataforma ABA blockchain			
36	Permitir a consulta de dados registrados pela plataforma ABA blockchain			
37	Disponibilizar uma tela para gerenciar permissões de acesso aos endpoints			
38	Garantir que todos os dados armazenados estejam criptografados e com hash gerado para cada atualização cadastrada.			
39	Utilizar HTTPS para proteger a comunicação nos endpoints REST.			
40	Garantir que os endpoints REST respondam em um tempo médio abaixo de 2 segundos.			
41	Chatbots com respostas contextuais com NLP, direcionamento ao serviço adequado e histórico para aprendizado.			
42	Chatbots com resumo automático por atendimento.			
43	Chatbots de voz para chamadas receptivas com IA/NLP, entendimento de contexto e aprendizado contínuo.			
44	Chatbots de voz com personalização por perfil/comportamento, predição e recomendações, baixa latência e respostas em tempo real.			
45	Chatbots com integração com Núcleo de NLP.			

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

46	Orquestração de campanhas de chamadas ativas por voz para definir públicos-alvo, horários ideais, roteiros dinâmicos e regras de priorização.			
47	Motor de NLP integrável via API REST.			
48	IDP com suporte a formatos JPEG, JPG, PNG, PDF, BMP e TIFF, leitura com ruídos e baixo DPI.			
49	IDP com classificação automática com score de confiança.			
50	IDP com reconhecimento de texto impresso e manuscrito (impresso/cursivo).			
51	IDP com reconhecimento de formulários e exportação estruturada em JSON.			
52	Motor unificado para automação de processos.			
53	Gestão de automações construídas em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).			
54	Validação de segurança com IA dos pacotes de automações construídos em linguagens populares de programação (Java, Python e .NET).			

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
DESCRIÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO À GOVERNANÇA DE TIC						
Mês de Referência	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	6º mês	12º mês
% de pagamento	USTs	USTs	USTs	USTs	USTs	USTs	USTs
DESCRIÇÃO	SOLUÇÕES DE DLT E AUTOMAÇÃO						
Mês de Referência	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	6º mês	12º mês
% de pagamento	40%	30%	30%	-	-	-	-

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____, com sede à _____ [endereço da sociedade empresarial], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo _____ e do CPF n.º _____.

DECLARA, para os fins dispostos no Edital n.º _____/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006;

() MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do Art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021;

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007. DECLARA ainda, que:

1. a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
2. não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação. Para as contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites anteriormente previstos, o que deverá ser obrigatoriamente observado.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

Razão Social e Carimbo do CNPJ.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PREFEITURA.

Ref.: (identificação da licitação)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ Nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que não se enquadra em nenhum dos fatos impedimentos constantes no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da entidade, bem como está ciente da responsabilidade sobre as informações prestadas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

Razão Social e Carimbo do CNPJ.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

Razão Social e Carimbo do CNPJ.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO IX – MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na [endereço das instalações], acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO X – DECLARAÇÃO - ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XI – DECLARAÇÃO REF. AO EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

_____ a autarquia Ref. Licitação nº
_____/_____ [denominação/razão social da sociedade
empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o
nº _____, por intermédio do seu(sua) representante
legal o(a) _____ Sr.(a) _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de
Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no
inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Local e data) _____, _____ de _____ de 2025.

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XII – DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO - ART. 63, INCISO I E § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome

Cargo

Assinatura do Representante Legal Dados da Declarante

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XIV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____/____.

CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP-[SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____/____.

VALIDADE: ____/____/____.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio do [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 936/2022 e 937/2022, em face do resultado CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº / , realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, homologado em ____ e publicado no Jornal Oficial do Município em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, observadas as condições do Edital que regem ~~e Pregão~~ a Concorrência e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para contratação de ____ (serviços/fornecimento contínuo) para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Maricá, consoante o disposto no Edital de CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

LICITANTE] Nº ____/____/____ no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de (_____) meses [limitado a 1 ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso], a partir da data de sua assinatura, devendo ser procedida a sua publicação no Jornal Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Transparência do Município de Maricá.

Parágrafo Primeiro – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Segundo – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por requerimento do Órgão Gerenciador, o qual conterà, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplemento da parcela correspondente.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito ou da efetiva prestação de serviços atestada, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

Parágrafo Segundo – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à empresa para retificação ou substituição.

Parágrafo Terceiro – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro)

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

dia da data do protocolo do documento de cobrança no [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração. Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo _____) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo Terceiro – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta Concorrência.

Parágrafo Quarto – Como condição a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Quinto – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Sexto – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo _____), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Sétimo – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Nono – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas na Cláusula 24 do instrumento convocatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos fornecedores.

Parágrafo Segundo Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) Os fornecedores ou prestadores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- b) A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- c) A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Parágrafo Terceiro Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata, observando-se aos seguintes procedimentos:

- a) Devem necessariamente ser atendidos os seguintes quesitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

- b) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- c) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

d) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

f) Liberado o fornecedor na forma do item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

Parágrafo Quarto O registro do fornecedor será cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

I – forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem justificativa plausível;

II – não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não for aceita a redução do seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – for aplicada sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade.

V – não for aceito o preço revisado pela Administração.

Parágrafo Quinto O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital e Anexos da CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº _____/_____ e as propostas de preço da licitante vencedora.



ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Pregoeiro

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XV – MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias _____ do mês de _____ do ano de _____, na _____ [endereço do órgão contratante], o MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº / , realizado por meio do processo administrativo nº _____ / _____ / _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 936/2022 e 937/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de _____ [serviços/fornecimento contínuo], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Concorrência nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº / , no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa de subscrição no valor de R\$ _____ e um valor mensal de R\$ (_____ reais)

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante].

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade contratante].

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a autarquia esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de _____ (_____) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice _____, calculado por meio da seguinte fórmula:

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

[Sendo o serviço por escopo, incluir a seguinte previsão:]

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo do Edital de Concorrência Eletrônica para Registro de Preços nº).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do [titular do órgão ou entidade licitante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA (INSERIR APENAS SE FOR O CASO DE PREVISÃO REQUERIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. CASO CONTRÁRIO, NÃO INSERIR, RENUMERANDO AS CLÁUSULAS)

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O (a) _____ [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo

_____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP. Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados da data de assinatura (ou da data estabelecida no ofício de início, se houver).

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

São obrigações da CONTRATADA:

- I Prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
 - a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Maricá ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Maricá ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Maricá ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
 - d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _____ [setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato], assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- VIII Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

IX Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração no momento da contratação:

- a) Condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b) Depósito de valores em conta vinculada;
- c) Em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- d) Estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) Comprovante de depósito do FGTS;
- c) Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- d) Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- e) Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII Cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

XVI Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XXII – Efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Decreto Municipal nº 936/2022, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo _____) do Edital de Concorrência Eletrônica para Registro de Preços nº _____).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) | _____ [órgão ou entidade] poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (e) Advertência;
- (f) Multa;
- (g) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Jornal Oficial do Município de Maricá do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) [setor competente do órgão ou entidade contratante] e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE [Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante].

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas anteriormente, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;

b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis) contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência

da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro Central de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 936/202, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Secretário ou Diretor de _____
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XVI – MATRIZ DE RISCO

Aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de eventos supervenientes. A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à contratação, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação:

IDENTIFICAÇÃO			AVALIAÇÃO			TRATAMENTO AO RISCO	
Evento de Risco	Causas Consequência	Consequências	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco	Alocação
Atraso no pagamento do serviço	Ausência de fiscalização do contrato; problemas no fluxo de caixa CONTRATANTE	Possível atraso nas entregas dos serviços	2	2	4	Nomear o fiscal e gerente e o gestor do contrato; acompanhar o fluxo de caixa para a realização do pagamento no prazo pactuado, avaliar se todos os documentos necessários estão presentes e vigentes	CONTRATANTE
Risco do Contrato	Identificação de serviço ou quaisquer necessidades adicionais em razão de caso fortuito ou força maior.	Termos Aditivos	2	1	2	Analisar e avaliar a melhor solução para ambas as partes, de forma que não atrapalhe o andamento do projeto.	CONTRATANTE
Risco da entrega	Identificação no atraso do prazo da entrega.	Dilatação do prazo dos serviços	3	3	9	Fiscalização do contrato acompanhar e gerir o processo, informando o contratado dos prazos estabelecido. A contratada deve acompanhar o cronograma acordado	CONTRATADA

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Risco de performance	Índices propostos não geram a qualidade esperada	Qualidade aquém do esperado	4	4	16	Necessidade de Supervisão periódica dos índices de desempenho para garantir a qualidade requerida	CONTRATADA
Administração Ineficiente	Gestão inadequada, causando queda recorrente da qualidade ou performance	Qualidade e performance dos serviços aquém do esperado	4	4	16	Cláusula contratual de intervenção por não atendimento recorrente dos índices de desempenho	CONTRATADA

Objeto: Descrição do objeto previsto para contratação.

Evento de Risco: O risco é um evento incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

Causas: Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

Consequências: Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

Avaliação: A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida abaixo:

Escala de probabilidade		
Descritor	Descrição	Nível
Muito baixa	Evento Extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5
Escala de Impacto		
Descritor	Descrição	Nível
Muito baixa	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Baixa Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação;	5

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Matriz de risco							
Impacto	Muito alto	5	5	10	15	20	25
	Alto	4	4	8	12	16	20
	Médio	3	3	6	9	12	15
	Baixo	2	2	4	6	8	10
	Muito baixo	1	1	2	3	4	5
			1	2	3	4	5
			Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta

*Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como Risco Crítico, Risco Alto, Risco Moderado e Risco Pequeno.

Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	15 a 25
RA - Risco Alto	8 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Eixo de Impacto

- a) Muito alto: pode fazer com que o projeto seja cancelado ou que o dano ocasionado por ele seja irreversível, se não forem tomadas as devidas providências.
- b) Alto: compromete de forma acentuada o resultado do projeto, ocasionando atraso ou insatisfação do cliente ou gestor;
- c) Médio: perda momentânea ao longo do projeto que pode ser corrigida, mas com impacto no escopo ou prazo, podendo ser necessária atualização no cronograma geral do projeto.
- d) Baixo: desvio quase imperceptível, dos objetivos do projeto e que pode ser facilmente corrigido.
- e) Muito baixo: não gera nenhum tipo de problema perceptível para o projeto, por isso pode ser ignorado em 99% dos casos. Só dê atenção se esse risco ocorrer quase com certeza e com alta frequência.

Eixo de Probabilidade

- a) Muito alta: é praticamente impossível evitar que o risco aconteça, por isso vale a pena pensar em ações de mitigação do impacto do risco depois dele ocorrer.
- b) Alta: a chance de risco ocorrer é grande e frequentemente ele ocorre de fato.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

c) Média: probabilidade ocasional de acontecimentos do risco. Ainda vale a pena planejar desdobramentos, mas não com tanta preocupação como nos casos anteriores.

d) Baixa: pouca chance de acontecer algum problema advindo desse risco.

e) Muito baixa: é bastante impossível que o risco aconteça, só vale a pena se preocupar em casos de impacto grave ou gravíssimo para seu projeto.

Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
 - b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco da materialização do evento, quando houver;
 - c) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco da materialização do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
 - d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento e;
 - e) Outras informações relevantes.
- Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do Cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.
 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no Contrato.
 - O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos deste que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, prevendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
 - As obrigações contratuais afetadas para o caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.
 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.
 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento forem cobertas por seguro, se houver.
 - O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os quesitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se torna impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.
 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.
 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos acima, serão mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XVII – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO					
Nº DA ORDEM DE SERVIÇO		Nº DA DEMANDA			
UNIDADE RESPONSÁVEL		DATA DE INÍCIO		DATA DE TÉRMINO	
GERENTE DO PROJETO		GESTOR DO CONTRATO			
PRODUTOS GERADOS					
FASE					
Descrição dos Produtos					
Atividade	Produto				
<p>RECEBIMENTO DEFINITIVO</p> <p>O(s) serviço(s) integrantes da Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no TERMO DE REFERÊNCIA do CONTRATO supracitado.</p> <p>Portanto, as etapas listadas são consideradas homologadas e aceitas pelo Gestor do CONTRATO e pela Área Requisitante, representada pelo Fiscal Requisitante abaixo identificado.</p> <p>OBSERVAÇÕES</p>					
CIÊNCIA					
Maricá, XX de XXXXXX de 20XX					
FISCAL TÉCNICO			CONTRATADA		
<hr/> <p>Mat.: XXXX</p>			<hr/> <p>Representante Legal (Preposto)</p>		

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XVIII – MINUTA TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO DA CONTRATADA

CONTRATO Nº ____/2025

A _____ doravante referida simplesmente como CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com endereço, _____, neste ato representada pelo _____ ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, IDENTIDADE nº _____, CPF nº _____ nos termos do <CONTRATO OU TERMO ADITIVO EM QUE FOI PACTUADO O SIGILO> ,

compromete-se a observar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO, firmado perante o MUNICÍPIO, por meio intermédio da Secretaria de _____, doravante referido simplesmente como CONTRATANTE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO é a necessária e adequada proteção às informações das de propriedade exclusiva da CONTRATANTE fornecidas à CONTRATADA para que possa desenvolver as atividades contempladas especificamente no Contrato n. _____/20 .

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA reconhece que, em razão da prestação de serviços ao Município de Maricá, tem acesso a informações que pertencem a esse, que devem ser tratadas como controladas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

O termo “informações controladas de propriedade exclusiva do Município” abrange toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, CD, pen drives, mídias digitais de armazenamento, mídias em nuvem de armazenamento, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de idéia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outras a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a CONTRATADA ter acesso durante ou em razão da execução do contrato celebrado.

Subcláusula Primeira - Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal do Município, referido no Contrato, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa do Município poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Município, das informações controladas reveladas.

Subcláusula Primeira – As informações de caráter técnico observadas ou informadas durante a execução do contrato que

ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

impactem especificamente os produtos ou serviços fornecidos e prestados pela CONTRATADA poderão ser utilizadas por essa para a melhoria de seus produtos, reparos ou mesmo compartilhados com outros clientes sem a necessidade de autorização prévia do Município. Em nenhum momento o nome do Município de Maricá ou outra fonte poderá ser vinculada ou distribuída conjuntamente com a informação dos produtos da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços ao Município, as informações controladas reveladas.

Subcláusula Terceira - A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Município, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações controladas reveladas.

Subcláusula Quarta - A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

Subcláusula Quinta - A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao Município qualquer violação das regras de sigilo estabelecida neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrida por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO

A quebra do sigilo das informações controladas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Município, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre esse e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Município, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES

A CONTRATADA devolverá imediatamente ao Município, ao término do Contrato, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como

de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada confidencial, nos termos do presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO, a que teve acesso em decorrência do vínculo contratual com o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir de sua assinatura e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos neste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, assim como as dúvidas surgidas em decorrência da sua execução, serão resolvidos pelo Município.



ICTIM	
Processo Nº	0024507/2025
Data do Início	26/11/2025
Folha	
Rubrica	

Por estarem de acordo, a CONTRATADA, por meio de seu representante, firma o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Maricá, _____ de _____ de 2025. .

<REPRESENTANTE DA CONTRATADA>

<VÍNCULO DO REPRESENTANTE COM A CONTRATADA>

RG:

CPF:

DE ACORDO:

(integrantes da equipe técnica da CONTRATADA)

Nome:

RG:

Nome:

RG: